

VOLUME IV

1943 – Discurso durante o 7º aniversário da tomada de posse como Ministro da Guerra em 11 de Maio, em resposta aos cumprimentos da oficialidade representada pelo governador militar de Lisboa, general Peixoto da Cunha; mais uma vez agradece o apoio que o Exército sempre deu à Revolução Nacional desde o 28 de Maio de 1926, lembrando no entanto que a Nação conta com o Exército, sempre, para o seu engrandecimento:

... Eis por que desejo relembrar neste momento o exemplo dos camaradas que nas ilhas ou no ultramar portugueses cumprem o seu dever de guardiões da integridade nacional, nos postos avançados em que amanhã os podereis substituir, não sabendo cada qual nunca a hora ou o lugar dos máximos sacrifícios.

(Discursos, volume 4º, pág. 6 e 7).

Nota oficiosa publicada nos jornais de 2 de Setembro “a propósito de algumas providências militares recentemente tomadas”, e aproveitadas pela oposição para virar a opinião pública contra o Governo. Assentavam tais medidas na aquisição de material de guerra e exercícios militares com vista à defesa da Nação dentro e fora das fronteiras.

Nota oficiosa publicada nos jornais de 12 e 13 de Outubro, justificando a concessão de facilidades nos Açores ao Governo Britânico na continuidade da aliança anglo-portuguesa, mantendo a neutralidade do território no Continente, com a finalidade de preservar a paz na Península Ibérica.

Palavras proferidas na sessão da Assembleia Nacional de 25 de Novembro aquando da morte do Engº Duarte Pacheco; palavras de grande estima e elevação do Homem ao serviço da Nação.

Exposição à Assembleia Nacional na sessão de 26 de Novembro sobre a concessão de facilidades nos Açores – a situação das possessões portuguesas no Extremo Oriente. Breve explicação relativamente à cedência temporária dos Açores ao governo Inglês com as respectivas contra-partidas (alimentos e material de guerra), para o nosso País e ponto da situação do que se passava em Timor desde as negociações que duravam já cerca de 2 anos, desde o início dos episódios que envolveram o nosso País em defesa do Timor português e o governo Britânico. Este último pelo acordo militar que mantinha com os Holandeses em que tropas anglo-holandesas invadiram Dili para proteger a Austrália de uma possível e hipotética invasão de Timor; quer o Timor português quer o Timor holandês pelo Japão que na posse da Ilha, atacaria a Austrália.

Resultou de tudo isto, que o Japão atendendo à neutralidade de Portugal prometeu deixar Timor e voltou tudo à normalidade.

1944 – Palestra aos delegados do Instituto Nacional do Trabalho, em 18 de Fevereiro, numa das salas da Biblioteca da Assembleia Nacional, indicando os tópicos que no âmbito, serviram a Revolução Nacional; compreensão da linha programática da revolução portuguesa, algumas vezes prejudicada por perturbações político-sociais externas, outras, pela própria dificuldade de entendimento no âmbito interno, pelos que aquela beneficia:

... Trabalho a realizar:

- a) *O que significa «a revolução continua» (em doutrina e em realizações materiais e morais);*
- b) *Necessidade da doutrina de um escol patronal e operário que possa viver os princípios seguintes:*

- 1) *A revolução não é só social, mas nacional;*
- 2) *A revolução não é só social, mas económica;*
- 3) *A revolução não é parasitária (não tem como finalidade distribuir a riqueza existente), mas a riqueza produzida (tende ao aumento da riqueza para maior bem social);*
- 4) *É preciso para tanto que trabalhemos todos, que todos trabalhemos mais e que trabalhemos melhor (aumento de rendimento do trabalho nacional);*
- 5) *Indispensabilidade da autoridade: será sempre preciso haver quem dirija (há vantagens para todos em sermos dirigidos pelos melhores);*
- 6) *A educação e a instrução têm por isso de ser postas ao alcance de todos, a fim de poderem aproveitar-se as melhores capacidades de todas as classes (fim do privilégio da instrução).*

(Discursos, volume 4º, pág. 50 e 51).

Discurso proferido na sessão de abertura do II Congresso da União Nacional, em 25 de Maio, no Liceu D. Filipa de Lencastre, tendo em vista a preparação nacional para o pós-guerra:

... Foi intencional que este II Congresso da União Nacional tivesse acentuado carácter político, ocupando-se exclusiva ou preferentemente de problemas políticos ou do aspecto político de problemas nacionais, e isso tanto na ordem interna como na externa e na ordem colonial ou imperial. Dado o momento que se vive no Mundo e não definidos ou assentes ainda os fundamentos da vida internacional futura, reunião e estudos podem parecer desprovidos de oportunidade. Este o primeiro ponto.

Parece-me seguro que na resolução de muitos problemas que interessam à vida de cada nação se hão-de fazer sentir algumas ideias dominantes e as realidades, sobretudo económicas e sociais, que a guerra revelar e a paz confirmará. A interdependência dos povos e o peso das grandes economias nacionais já no passado vedavam a muitos deles a pretensão de uma linha autónoma de se conduzir, à margem das ideias ou dos processos correntes. Assim será mais acentuadamente amanhã, se à colaboração espontânea nascida do jogo dos simples interesses particulares acrescer uma fórmula qualquer de mais estreito entendimento ou cooperação no estudo e satisfação das necessidades do Mundo.

Considero porém exagerado pensar que tudo na vida nacional depende ou há-de depender da ordem internacional futura. É tal a complexidade dos problemas, tão certa a impossibilidade de soluções uniformes e a falta de meios de acção, que os dirigentes supremos se atribuiriam, no caso de o tentarem, tarefa sobre-humana. Cremos que não pensam nisso; a minha convicção é que não seria possível e, se o fosse, não seria desejável.

Nem podemos confundir a situação dos que sofrem as vicissitudes das lutas e as duras consequências da derrota com os que, embora dentro do condicionalismo da hora presente, tem conseguido manter, com a sua integridade, o poder de determinar-se com independência, tanto em relação à sua vida interna como às relações com os outros povos. O estudo dos princípios e meios de acção pelos quais nos propomos manter

dentro de nós a ordem política e jurídica, a ordem social e económica, a ordem religiosa e moral, determina precisamente aquela zona que nos parece irreductível, porque essencial à soberania e inacessível à actuação internacional. Isto define ao menos uma atitude.

... Se, por esta ou aquela forma, vão aumentar na paz as nossas responsabilidades, a maior preocupação é estarmos preparados para elas. Não falo do necessário condicionalismo externo, trabalhado para isso, mas da ordem interna; não me refiro ao solavanco que o fim da guerra há-de causar em todos os países, mas às tarefas da paz. Aventuro-me a reduzir a uma expressão simples os factos essenciais – um Estado, uma Nação, uma política. De qualquer modo, em quaisquer circunstâncias se poderia dizer o mesmo, mas como vantagem ou utilidade maior; agora afirma-se como condição indispensável. Já disse alguma coisa da política; falemos um pouco dos outros elementos.

Grande parte da Europa vai cair irremediavelmente na desordem: para aí a impelirão os efeitos da própria guerra, a miséria, os ódios, as divisões intestinas, o colapso da autoridade. Será grande benefício colectivo levantar barreiras ao alastramento da anarquia e fazer que os povos se libertem dela rapidamente, se têm a infelicidade de caírem suas vítimas. A ordem é sobretudo uma criação espiritual, mas a força pode firmar as condições em que os espíritos se aquietem e se neutralizem os factores adversos. Parece duvidoso que uma força exterior possa exercer só por si cabalmente, eficazmente, esta função. No fim concluir-se-á que a mais segura fonte de autoridade é o Estado; só este pode dar-lhe aquele cunho de legitimidade que é a primeira condição da obediência. Um Estado forte é assim a primeira necessidade; mas, uma vez mais, «não há Estado forte onde o Governo o não é».

Buscar-se-á este Governo por diferentes caminhos, em cada lugar segundo as possibilidades – à direita, à esquerda, através de entendimentos, acordos, coligações, dentro de forças ou agrupamentos políticos, ou por fora deles e acima deles, senão contra eles. Haverá sobretudo uma ilusão – a de que um Governo nacional é um Governo forte. A verdade está porém no contrário: só um Governo forte pode ser um Governo nacional.

Esta característica não bastará, porque um grande poder de decisão será necessário para enfrentar dificuldades e soluções, seriar necessidades, subordinar interesses, reconstruir cada qual a sua pátria, concertar-se com os mais para refazer a Europa. Essas combinações entre soberanias diferentes, esse trabalho quase em comum no que a todos importa vai ainda exigir, segundo aliás a experiência actual, a utilização em largas doses de um sistema de responsabilidades directas pessoais.

Se isso tudo é compatível com os conhecidos métodos da democracia parlamentar, à moda continental, ver-se-á depois. Quanto a nós fizemos em poucas décadas todas as experiências e percorremos todos os caminhos: sabemos o nosso. Eis porque nos permitimos com segurança rever, criticar, discutir, para melhorar, em harmonia com as condições sociais e as lições da nossa e da alheia experiência, os princípios fundamentais e a própria orgânica do Estado Português.

(Discursos, volume 4º, pág. 56 e 57, 65, 66 e 67).

Discurso no jantar de confraternização da força armada realizado no Pavilhão do Parque Eduardo VII, em 28 de Maio, de elogio ao Exército português pela forma isenta e digna com que pautou a sua actuação em defesa da Nação sem tomada de posição partidária honrando os princípios da organização:

... O País deve à força armada o inestimável serviço de ter criado com a sua intervenção as condições necessárias ao ressurgimento português, quando parecia dever desistir-se para esse efeito do jogo normal das forças políticas ou sociais da Nação. E, no entanto, o exame frio dos factos permite concluir que nessa arrancada magnífica, cheia de entusiasmo, de fé, de mocidade, de ardente patriotismo, se correram graves perigos. O primeiro seria não ser possível definir, para o movimento que se apresentava mais instintivo que raciocinado, mais certo do que não era do que seguro do que havia de ser, os princípios positivos da orgânica do Estado, da administração pública e da ética nacional, aspiração suprema e única finalidade plausível da intervenção do Exército. O segundo perigo estava em que, na ausência de escol político que quisesse servir a Nação, o Exército houvesse de tomar sobre si esse encargo e se transformasse em partido militar. O terceiro risco seria consequência do anterior se, ocupada na função política e embaraçada nos meandros da administração pública, a força armada perdesse a oportunidade de se preparar técnica e moralmente para missões mais altas que a evolução dos acontecimentos na Europa prenunciava e começava a impor.

Hoje podemos dizer que, mercê da prudência de uns, da dedicação de muitos e do desinteresse de todos, se puderam evitar as perigosas contingências do acontecimento e, ao mesmo tempo, se salvaram o Exército para a Nação e a Nação para si própria. À luz utilitária das coisas poderá concluir-se que o Exército nada lucrou. Pessoalmente, directamente, não: deve mesmo ser esse o seu orgulho, pois que existe para servir. Logrou, porém, a glória de ter salvo mais uma vez a Nação, e isso lhe basta ao seu patriotismo.

(Discursos, volume 4º, pág. 73, 74 e 75).

Em nota oficiosa, publicada nos jornais de 7 e 8 de Junho, o Governo Português acedeu ao pedido do Governo de Sua Majestade Britânica e proibiu a exportação de volfrâmio, com vista à contribuição para o encurtamento da guerra. As negociações invocaram o acordo Anglo-Português e colheram o agrado dos Estados Unidos e do Brasil.

Palavras proferidas no Ministério da Guerra em 6 de Setembro, na posse do novo Ministro da Guerra:

O decreto hoje publicado no Diário do Governo sobrepõe a realidade jurídica ao estado de facto existente. Desde esse momento e nesta parte as duas coisas confundem-se.

Isto não quer dizer que no meu próprio pensamento não tenha sido útil a minha passagem por esta pasta. Ter tido ao mesmo tempo concentrados na mesma mão os poderes da Presidência do Conselho e dos Ministérios das Finanças e dos Estrangeiros criou possibilidades e facilidades em favor do Ministério da Guerra que de outra forma se não conseguiriam. Desse modo não só pôde seguir-se uma política militar estritamente ligada, de um lado, aos interesses do País e, do outro, ao condicionalismo externo, como o rearmamento, a instrução, a produção de artigos militares e a parte administrativa puderam seguir simultaneamente com o ritmo aconselhado ou imposto pelas necessidades de Portugal e do seu Império.

(Discursos, volume 4º, pág. 87 e 88).

1945 – Palavras proferidas na sessão da Assembleia Nacional de 8 de Maio, sobre o fim da II Grande Guerra, e suas consequências imediatas como sejam a restituição da independência aos povos então privados da liberdade; a nossa realidade nacional de país neutro e o benefício da aliança com a Inglaterra, país pertencente ao grupo das nações vitoriosas:

... Caiu finalmente o pano sobre a tragédia que a Europa representou e viveu na sua carne e no seu espírito durante os últimos seis anos. Nenhuma dor, nenhuma angústia, nenhum mal de quantos a pobre humanidade em séculos de desvario ou de expiação inventou e sofreu lhe foram poupados, a esta mártir, mãe de civilizações: nem conflitos trágicos de conceitos fundamentais da vida dos homens e das sociedades, nem divisões intestinas e lutas fratricidas, nem as maiores aberrações da inteligência e do sentimento, nem destruições ciclópicas de vidas e haveres, de economias e culturas, de cidades e de nações. Tão extensa e profunda foi a tragédia que nem mesmo todos os vencedores – e lembro piedosamente o Presidente Roosevelt – puderam sorrir ao claro sol da sua vitória. A terra está ensopada de sangue e de lágrimas; sofreu-se e sofreu-se de mais para que nos entreguemos a ruidosas manifestações de alegria. Contudo, e embora com olhos embaciados de lágrimas, um íntimo contentamento de alma é justo e devido.

(Discursos, volume 4º, pág. 93 e 94).

Discurso efectuado em sessão da Assembleia Nacional de 18 de Maio, dando conta dos problemas mais ou menos marcantes da actualidade relacionados com três principais questões:

... a guerra e a neutralidade portuguesa; a organização da paz e as suas repercussões na nossa política externa; os problemas da política interna portuguesa relacionados com o sentido da vitória.

... A História, serena e imparcial, como os literatos dizem que é, há-de um dia catalogar os nossos actos desta guerra e classificar a nossa neutralidade. O que digo é pois juízo antecipado; não desinteressado sem dúvida, mas de pessoa que tem pelo menos obrigação de saber alguma coisa do que se passou.

A neutralidade portuguesa era possível dentro do estatuto jurídico que regulava, à data do começo das hostilidades, as relações dos diversos Estados e dentro do melhor entendimento da aliança luso-britânica; prudentemente, porém, foi logo no princípio definida como não sendo incondicional. Na verdade, de três origens poderiam derivar os factos que a subvertessem ou lhe impusessem flexões mais ou menos extensas e graves: a necessidade de garantir altos interesses nacionais, a defesa da dignidade ou da independência da Nação, os deveres da aliança inglesa. Pelo que respeita à guerra na Europa, só o último factor poderia e havia de vir a actuar. Para o compreender bem e ser completo nesta matéria há-de ter-se presente que a neutralidade portuguesa foi preparada de longe e tem parte importante do seu alicerce na política peninsular. A Espanha foi, pela sua amizade e pelo seu vivo desejo de manter em cooperação connosco uma zona de paz na Península, valioso anteparo da nossa própria neutralidade, como aliás nós fomos da sua.

Ficar à margem do conflito na Europa, não ser directamente envolvido nas operações de guerra teria para nós em primeiro lugar a vantagem de poupar a nossa terra e a nossa gente a inomináveis destruições, depois permitir a consolidação do trabalho de restauração nacional, traduzir mais uma afirmação de independência no domínio mais delicado e transcendente, e finalmente respeitar a consciência geral angustiada por uma certa falta de lógica ou pela existência no conflito de elementos contraditórios, como os próximos anos demonstrarão. Tudo isto representava benefício e até necessidade, tanto mais que, por motivos de ordem política e jurídica, bem me parece

ser esta a última vez em que podíamos e devíamos ser neutros numa conflagração europeia.

... se, em virtude de excessivo receio de ser perturbada a ordem internacional, a organização vai nascer sob o signo da desconfiança e em nome da segurança própria ou alheia se pretendem impor restrições à liberdade dos povos ou se lhes nega a justiça a que têm direito, bem como acontecer que os germes da guerra se nutram do mesmo seio em que se quer amamentar a paz. Mas nisso, como em outras coisas, é preciso confiar nalguns homens responsáveis, e eu não ponho malícia nenhuma em dizer que pode haver razões ponderosas para falar de amizade com a mão no punho da espada. A paz é, como a ordem nas sociedades, sobretudo numa criação de espírito: ou se vive ou de facto não existe. Se se alimenta da justiça, exige também a limitação de ambições territoriais ou de simples influência, o respeito do direito alheio, a consciência da solidariedade internacional, o culto dessa deliciosa flor da humanidade que séculos da civilização foram amorosamente cuidando e vimos desfolhada, calcada, desfeita pelos horrores da actual guerra.

Muitas pessoas mostram-se preocupadas com as dificuldades que possam opor-se à entrada de algumas nações para o novo organismo internacional. Se tenho entendido bem o que se pretende, atrevo-me a dizer que não há aí nenhum problema, mas precisamente no inverso. Quero dizer que o difícil não é que algumas não possam, mas que não queiram entrar, ou, depois de ter feito parte da sociedade, pretendam abandoná-la. E a razão é a seguinte:

A solidariedade é um facto, não é uma norma de conduta; é preciso elevar-se a considerações de outra ordem para extrair dela um dever moral; mas no estado actual das coisas é importante chegar a uma regra jurídica. Por outro lado, a experiência mostra que mesmo no nosso tempo foi possível a uma nação isolar-se do convívio internacional, tornando o Mundo mais pequeno e a humanidade mais pobre, porque o isolamento lhe conveio e teve força para mantê-lo. De modo que a nova sociedade das nações terá de ser ao mesmo tempo universal e voluntária, até que a consciência do Mundo imponha a sua obrigatoriedade. E esta virá um dia. Entretanto muito mal avisados andariam os que procurassem contrariar de qualquer modo a adesão dos diversos países ou se entretivessem a incluir no pacto condições ou exigências inaceitáveis!

Por nosso lado, devemos crer que nenhum diploma pode ter ido mais longe neste sentido que a nossa Constituição, em parte pela consideração dos novos tempos, em parte pelo modo especial de ser da gente portuguesa, que, ao espalhar pelo Mundo a civilização do Ocidente, o fez com aquele espírito de humanidade, de colaboração universal, de compreensão e desinteresse que ainda hoje a afirmam ou lhe consagram a memória. Isto quer dizer que nenhuma dificuldade pode daí advir a uma colaboração internacional intensa, à solução amigável de conflitos, a qualquer organização que procure a paz entre as nações, com verdadeiro espírito de a alcançar.

As necessidades de reconstrução da Europa, os problemas políticos e sociais nascidos da guerra são de tal envergadura e urgência que a nenhum povo, e muito menos aos que foram poupados, será lícito abster-se de prestar a sua contribuição com espírito de larga generosidade.

... «a guerra foi por toda a parte feita com a liberdade possível e a autoridade necessária, e à paz acontecerá a mesma coisa».

Entre alguns milhares de mensagens a propósito do termo da guerra na Europa, chegou-me às mãos uma que, depois de considerar a «oligarquia» por mim

representada abrangida na derrota, pelo que não poderá escapar ao destino comum, me aconselha a entregar imediatamente o Governo do País aos «verdadeiros democratas».

Talvez porque do Governo se possa dizer o que Vieira disse da vida – não haver mais seguro sinal de haver de durar pouco do que ter durado muito –, talvez pela consciência da fadiga própria e alheia, anotei com interesse a sugestão. Mas. Porque me não é lícito deixar cair na rua o Poder, pus-me singelamente, sem artifícios ou pedantismos doutrinários, à procura dos verdadeiros democratas portugueses. A questão é difícil, mas eu vou esforçar-me por apresentá-la em termos simples.

A guerra foi conduzida pelas potências aliadas sob a bandeira da democracia e do anti-nazismo, mas sempre me pareceu evidente que estes dois termos traduziam apenas as duas faces ou aspectos da mesma concepção filosófica e política e não envolviam o ataque a formas diversas de organização do Poder. Estavam na doutrina nazista incluídos dois conceitos: o de estado totalitário, a cuja potência e a cujos fins tudo estava subordinado – o trabalho, a inteligência, a liberdade da consciência humana, coisas mais preciosas do que a mesma vida; o de Estado hegemónico na organização da sociedade internacional, fundado na superioridade racial, de cultura e de força, entre nações dependentes, cuja segurança e destino deviam ser garantidos pelo primeiro. E tudo o mais era redutível a isto. Certa dose útil de realismo na política interna e externa, certa subordinação conveniente das actividades humanas e mesmo do governo dos povos a conclusões da ciência experimental caíram, por aberrações da inteligência e falta de limites morais, em absurdos e exageros monstruosos. Em tal sistema de doutrinas a deificação do Estado fazia correr sérios riscos à dignidade humana e tornou, pela prática, instável e perigosa a vida internacional. Mas nós não temos de lançar-lhes agora uma pedra; não só numerosas vezes marcámos a nossa discordância, mas de modo expresso o discurso inaugural do I Congresso da União Nacional, realizado há onze anos, expôs definitivamente o nosso modo de ver a este respeito.

Vejam agora o mesmo problema por outro aspecto. Quando o Primeiro-Ministro britânico dirigiu ao povo da Itália a sua célebre mensagem sobre a democracia, tinha naturalmente vivo no seu espírito o quadro das instituições inglesas, tanto no respeitante à garantia das liberdades públicas, como à orgânica dos poderes de Estado. Mas quem quer pode notar que no segundo aspecto a definição já não quadrava à democracia americana, e sob nenhum deles ao Estado russo. Também este apresentou o seu conceito, indo buscar a essência da democracia, não à maior ou menor intervenção dos cidadãos na organização do Estado nem ao maior ou menor grau das liberdades públicas, mas à finalidade da acção governativa, ao interesse ou à classe cujas prerrogativas são o escopo supremo da actividade do Estado – na hipótese a classe operária. E tenho de concluir que, se é indiscutível ter o totalitarismo morrido por efeito da vitória, a democracia, tanto na sua definição doutrinária como nas suas modalidades de aplicação, continua sujeita a discussões. E bem.

Cada país em que os dirigentes políticos têm plena noção das suas responsabilidades há-de ter as instituições que melhor se adaptem ao seu modo de ser e dele façam elemento prestante da comunidade internacional e há-de conceder e garantir aquele grau de liberdade consentâneo com a eficiência das disciplinas interiores do homem e exteriores do meio social. Sem isso não haverá ordem e progresso interno nem colaboração que preste com as mais nações.

Se a nossa Constituição não adopta o regime parlamentar e se aproxima mais do regime presidencialista, tirando de um e outro o que mais convinha; se a representação nacional ainda sob uma forma dual, através da Assembleia e da Câmara Corporativa

evoluciona neste ou naquele sentido; se o Governo tem em competência com a Câmara dos Deputados, amplos poderes legislativos, não julgo valer a pena estabelecer grandes discussões doutrinárias para defender ou combater tais soluções; o que mais interessa é averiguar se ela deu paz e ordem à Nação, se a fez progredir em benefício da colectividade, se a converteu em elemento perturbador ou colaborante na vida internacional. Nisto, que é a vida vivida por todos, todos concordarão comigo; alguns, porém, formularão, receosos, uma dúvida quanto ao exercício de certas liberdades públicas. Atacarei de frente a dificuldade.

Podemos abertamente reconhecer que a Constituição de 1911 e leis complementares eram neste particular mais generosas que o regime actual – mais generosas para os que se contentam com fórmulas abstractas, vazias de conteúdo, porque os que tivemos alguma experiências das coisas tiramos dela que, no respeitante a liberdades públicas, se interessa o grau em que são reconhecidas, muito maior valor tem a sua garantia efectiva. Isto é, as liberdades interessam na medida em que podem ser exercidas, e não na medida em que são promulgadas.

Visto o problema a esta luz, que é a sua luz verdadeira, impõem-se logo duas conclusões: uma, na ordem dos factos, e é que se goza hoje em Portugal de mais liberdade que anteriormente; outra, no terreno dos princípios, e é que o grau das liberdades públicas efectivas depende da capacidade dos cidadãos, não de concessão magnânima do Estado. Se não se pôde até hoje ir mais longe do que se foi, poucas verificações serão mais gratas ao nosso espírito, nenhum resultado acreditará mais a nossa própria obra de reeducação política do que poder avançar sem receio num domínio do qual, aliás, em toda a parte está excluído o absoluto, isto é, o ilimitado.

Pode aqui e além, por desconhecimento ou deturpação dos factos, erguer-se uma ou outra voz a acusar o nosso regime de ditadura opressiva do povo português, desviado pela força da sua normalidade política. Esses estão confundidos; não vivemos em ditadura, mas antes de nós e por dezenas de anos – reconhecemo-lo com tristeza – as ditaduras foram a forma corrente da vida política, e vimo-las alternar-se ou suceder-se quase ininterruptamente, sob formas diversas: a ditadura dos governos – sempre a melhor; a dos partidos – a mais irresponsável; a da rua – a mais turbulenta e trágica. Esses estão confundidos e esquecem que a Constituição foi sancionada por plebiscito popular, nem melhor nem pior que todos os outros, e tem sido revista por uma Câmara eleita por sufrágio directo. Esses esquecem que não temos deportados por delitos políticos, nem exilados forçados da Pátria.

Se passarmos às realizações sociais, de que beneficia a grande massa da população, não pode haver o menor receio de proclamar a benemerência, a justiça, a ousadia da nossa obra, comparativamente com as promessas vagas e os tímidos voos da anterior legislação. Certamente trabalhamos com os nossos princípios e organizações e pelos métodos que nos parecem melhores. Mas, em igualdade de condições e na precariedade das circunstâncias actuais, duvido que algures se tenha ido mais longe. O salário, a habitação, a escola, o recreio, as férias, a saúde, a reforma, as possibilidades de acesso, a dignidade da função – tudo o que material ou moralmente pode interessar ao trabalhador foi assente em alicerces para poder desenvolver-se e perdurar, e é nos diversos domínios da economia nacional mais do que promessa ou esperança – é realidade já viva.

Eu não quero forçar conclusões, mas, se a democracia pode ter, além do seu significado político, significado e alcance social, então os verdadeiros democratas somos nós. Afirmo-o sem acrimónia, mas convicto; nem tal conclusão poderia ter o ar de desafio em boca de quem sempre proclamou não sermos todos demais para servir Portugal.

Pelas razões expostas e por muitas outras que facilmente se subentenderão, o Governo não viu, da sua parte, necessidade de introduzir na Constituição profundas alterações durante o trabalho de revisão a que a Assembleia deverá proceder, ainda que num ou noutro ponto se deixassem possibilidades susceptíveis de futuros desenvolvimentos nas leis ordinárias e no sentido indicado pelas conveniências nacionais. Expressamente se deseja mais numerosa a composição desta Câmara, mais reforçado o seu poder de fiscalização da acção governativa e da administração pública e para tanto um pouco mais largo o período do seu funcionamento e diverso o método de trabalho. Embora se proponha que a actividade legislativa do Governo se torne independente, em quaisquer circunstâncias, da ratificação da Assembleia, sempre a esta caberá, não só a iniciativa em todos os casos, mas a competência exclusiva noutros. Algumas alterações nos artigos referentes à Câmara Corporativa podem parecer de pormenor, mas acusam progresso na ideia fundamental de auxiliar, através das suas secções especializadas, o trabalho legislativo do Governo. Creio que a experiência irá sucessivamente aconselhando o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Câmara Corporativa como órgão de consulta e a mais fiel expressão de representação orgânica da Nação Portuguesa. Esperemos que a organização corporativa, limpa de alguns abusos ou excessos, reconduza à pureza dos seus princípios, de que em parte, por imposição das circunstâncias da guerra, se afastou, chegue em breve à constituição definitiva das várias corporações previstas e possa dar-nos, através da Câmara, a imagem viva do País na sua economia e na sua vida intelectual e moral.

Desde que sejam aprovadas as emendas à Constituição relativas à Assembleia Nacional, pode julgar-se justificado que se proceda à sua dissolução e a novas eleições. Não tenho, porém, ainda ideia assente sobre este ponto, entendendo apenas que em qualquer caso a lei eleitoral deve ser modificada no sentido de maior maleabilidade do que a actual.

Fui, sem o desejar, excessivamente longo, e oxalá o não tenha sido com prejuízo da clareza, visto que não pude salvar a concisão.

Escrevi algures o seguinte: «A época que estamos vivendo – e o conflito mundial terá mais fortemente vincado – decorrerá sobre o tríplice signo da autoridade, do trabalho e da preocupação social...»

Por toda a parte em que se possa dizer que estamos em terra civilizada e cristã as instituições...se basearão em princípio morais idênticos. Nenhuma nação se poderá eximir à autoridade forte; nenhum homem ao dever do trabalho; nenhuma actividade ou riqueza ao critério da sua utilidade social».

(Discursos, volume 4º, pág. 102, 103, 104, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121 e 122).

Palavras de agradecimento dirigidas aos manifestantes em 19 de Maio no Terreiro do Paço:

... Era bem que vivêssemos juntos um momento de satisfação patriótica, depois dos perigos a que todos estivemos sujeitos e dos horrores que muitos houveram de sofrer.

Era bem que eu pudesse agradecer, como homem de Governo, carregado de responsabilidades, a vossa parte na tarefa – a parte maior – de trabalho, de ordem, de disciplina, de sacrifício durante os maus anos passados.

Era bem que se pudesse ver, não à volta de um homem, ou de um Governo, ou de um regime, mas de um princípio de independência, fidelidade e honra nacional, a magnífica unidade que vós representais aqui. Oh! Não a percamos em dissidências mínimas, desprezíveis perante os supremos interesses do País, porque esta unidade

continuará a ser a nossa melhor arma e a nossa maior defesa nos tempos difíceis que ainda temos de viver.

Em volta dos lares, que não foram desfeitos, no seio das famílias, que não foram dispersas, nesta generosa terra portuguesa, que não foi devastada e de que há pouco recebi comovido, puríssimo e simbólico penhor, inclinemo-nos piedosamente sobre os sofrimentos do Mundo, mas alegremo-nos com a paz, que Deus faça justa e duradoura.

E fortifiquemos o nosso ânimo, e vivamos seriamente a nossa vida, e cimentemos a nossa unidade, porque a Pátria precisa de nós e nós devemos-nos a ela.

É com este pensamento que vos peço neste momento inolvidável me acompanheis num via a Portugal:

Viva Portugal!

(Discursos, volume 4º, pág. 125 e 126).

Discurso no banquete oferecido ao Embaixador de Inglaterra e esposa, Sir Ronald Campbell e Lady Campbell, no Palácio das Necessidades em 29 de Junho aquando da despedida e partida para o seu país. Após tecidos os maiores elogios pelo trabalho desempenhado em prol da diplomacia dos dois países ouviram-se os correspondentes agradecimentos com a humildade que o protocolo nestas ocasiões impõe:

... Não me lembro de Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa que não tenha continuado a ser incansável defensor dos interesses luso-britânicos, em simpática projecção duma missão de facto inacabada.

(Discursos, volume 4º, pág. 130).

Palavras endereçadas à delegação brasileira às negociações para o acordo ortográfico, no almoço que lhe foi oferecido pelo Governo, no Palácio Nacional de Sintra, em 8 de Agosto:

... Folgo com que tenha sido possível chegar a inteiro acordo com a nossa Academia na questão ortográfica e que para futuro, fortes da unidade de vistas dos dois Governos, não possamos já recear pela unidade intercontinental da língua portuguesa. Mas, regozijando-nos por esse acto que tão literalmente ficamos devendo à vossa alta compreensão, permiti-me que, transpondo-me para outro campo, o considere apenas como o ponto de partida, porventura primeira condição de mais ambiciosos entendimentos e realizações. Deixai-me esperar que nos próximos anos – trabalho para algumas dezenas – vejam portugueses e brasileiros desentranhar-se em proveito das duas Nações e do Mundo os frutos de séculos de uma História comum, desse património histórico de sentimentos, tradições e culturas idênticos, de posições geográficas e situações políticas complementares, a que a Providência se encarregou de dar, pela evolução dos acontecimentos, tão incontestável relevo e tão grande actualidade. Neste pensamento seguimos a marcha ascensional do Brasil no continente americano, dentro da fidelidade à sua primeira formação e fâcies europeia, com legítimo orgulho e – porque não havemos de dizê-lo os filhos de uma Europa tragicamente martirizada? – também com esperança.

(Discursos, volume 4º, pág. 136 e 137).

Exposição sobre a política interna e externa, dirigida às novas comissões da União Nacional, na posse destas, realizada numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional, em 18 de Agosto:

I – A guerra explica a demora havida na reorganização dos corpos dirigentes da União Nacional.

II – Análise da posição portuguesa no último conflito mundial:

- 1) *A política de neutralidade no teatro europeu de guerra; suas dificuldades; a preparação para a defesa e salvaguarda da continuidade do Poder em caso de guerra; conversas de estados-maiores luso-britânicos; decisões políticas;*
- 2) *A política portuguesa no Pacífico – Portugal não tinha pretensão de manter-se neutro no Extremo Oriente; dificuldades da colaboração portuguesa na guerra naquele sector; Macau; como foram vencidas as dificuldades; as negociações com os Estados Unidos acerca dos Açores; a nossa preparação militar; a concentração de forças, armamento, munições e mantimentos destinados a Timor; a súbita queda da resistência do Japão e os seus efeitos;*
- 3) *Consequências da política seguida; a salvaguarda de todos os direitos e interesses portugueses no Mundo;*
- 4) *Estado actual das nossas relações com a Inglaterra, os Estados Unidos, a França, e o Brasil; factos demonstrativos da cordialidade das nossas relações externas; a resolução da conferência de Potsdam quanto à admissão de Portugal nas Nações Unidas.*

III – O clima político e social nascido do último conflito e suas possíveis repercussões na vida do regime português:

- 1) *Dificuldades provenientes da chamada «vitória das democracias»; a falta de numerosa elite política para sólido alicerce do regime e salvaguarda da sua originalidade;*
- 2) *A União Nacional e os partidos políticos; a União Nacional e o partido único; a política nacional e a impossibilidade da sua realização através das fórmulas partidárias: a União Nacional não é um partido, não se confunde com o Governo, não domina o Estado;*
- 3) *Nova organização e trabalhos que se impõem à União Nacional nos tempos mais próximos; o sentido da última revisão da Constituição política; consequente dissolução da Assembleia Nacional; as próximas eleições e a necessidade de reforma da lei eleitoral em termos de se lhe dar maior maleabilidade; não importa a existência de Deputados independentes ou adversários do regime, contando que não ressuscite o espírito partidário.*

IV – Panorama geral das questões ou dificuldades sobrevindas a todos os povos em virtude da guerra; com que contamos para as resolvermos e superarmos na parte que nos cabe.

(Discursos, volume 4º, pág. 141, 142 e 143).

Nota oficiosa publicada nos jornais de 7 de Outubro, sobre a questão de Timor:

... Longa e pacientemente se conversou e negociou com o Governo de Tóquio acerca das seguintes questões:

- a) *Desembarque das forças portuguesas nesse momento a caminho de Timor;*
- b) *Protestos recíprocos contra a atitude das forças nipónicas e das autoridades e das autoridades e população portuguesas;*
- c) *Restabelecimento das comunicações com a Mãe-Pátria;*

d) *Inquérito da situação por um oficial português ido de Macau;*

e) *Retirada das forças japonesas de ocupação.*

... O Governo sentia, porém, que era do seu dever insistir pela cooperação militar. Não podia estar ausente nem na reconquista nem na reocupação de Timor, embora pudesse assegurar a sua posse por outros merecimentos. Portugal tinha, como potência colonial, de afirmar com a sua força própria e, em caso de necessidade, em cooperação com os seus aliados o poder necessário de conservar sob o seu domínio a colónia – questão de dever e de prestígio, não sujeita a discussões.

A conciliação destas teses divergentes encontrar-se-ia com boa vontade e mútua compreensão nos seguintes pontos:

a) *Admissão da participação directa de Portugal pelo emprego de forças militares portuguesas nas operações a empreender;*

b) *Participação indirecta pela concessão de novas facilidades nos Açores, destinadas a facilitar a deslocação das forças americanas para o teatro de guerra no Pacífico e deste para os Estados Unidos.*

Relativamente à participação directa, chegar-se-ia mais tarde às seguintes conclusões:

Nenhum compromisso de empreender uma operação específica contra Timor, se desnecessária;

Nenhum compromisso de empregar as forças portuguesas em operações diversas das conducentes à reconquista ou reocupação da ilha;

Emprego das forças portuguesas nestas operações, sós ou auxiliadas por outras forças aliadas, no caso de o objectivo exceder a sua capacidade;

Integração das forças portuguesas no conjunto das forças em operações e sob o comando superior das forças aliadas.

Para tanto, as conversas dos estados-maiores foram seguidas de negociações diplomáticas, que levaram à assinatura de dois acordos, ambos de 28 de Novembro de 1944: o primeiro com a Inglaterra e os Estados Unidos, para a definição da atitude geral quanto à comparticipação portuguesa; o segundo com os Estados Unidos, quanto a facilidades em Santa Maria para o trânsito de aviões com destino à guerra no Extremo Oriente.

Assente a política, seguiu-se naturalmente a preparação ou execução nas duas grandes directrizes: a concentração militar em África; a construção de uma base em Santa Maria, com a comparticipação dos dois Governos interessados.

Sem prejuízo das conversas dos estados-maiores previstas no acordo principal, em seguimento das realizadas em Lisboa, os Ministérios da Guerra e da Marinha começaram desde logo o estudo, preparação, embarque e concentração em Lourenço Marques de todas as forças com efectivos importantes que deveriam operar no Extremo Oriente. Muito antes de o Governo japonês declarar aceitar a rendição tudo estava a postos a aguardava ordens – forças militares, barcos de guerra e até da marinha mercante que o Governo entendeu dever desviar do necessário abastecimento do País, sacrificando este a necessidade mais alta.

... Desde 5 do passado mês de Setembro que, pelo afundamento da autoridade militar japonesa e sua sujeição voluntária, o governador ficou inteiramente senhor da situação, tratou de ocupar administrativamente toda a colónia, restabelecer os contactos com os chefes indígenas, de facto ansiosos pelo termo da guerra e pela reposição da autoridade portuguesa em todo o território. Com a chegada dos navios e das tropas não só se forneceu a base material indispensável ao apoio da autoridade, necessariamente combatida pelos efeitos da própria ocupação, mas se asseguraram elementos adrede preparados para a reconstrução da colónia. Dili está praticamente arrasada por efeito dos sucessivos bombardeamentos e terá de ser reconstruída, bem como os meios de comunicação da colónia. A população está desprovida de tudo, pelo que nos navios seguiram os abastecimentos indispensáveis.

...E ainda que seja sabido deverem também muitos soldados australianos a vida à dedicação da nossa gente e vir esta a sofrer violências dos ocupantes pelos serviços prestados às forças australianas, não pode isso diminuir o valor dos serviços de que somos devedores.

Da proximidade dos territórios, da solidariedade de interesses e desta reciprocidade de serviços prestados e recebidos em tempos de tão grandes dificuldades e perigos vai certamente surgir uma política de aproximação e amizade estreita na prossecução de interesses comuns. Quando da concessão de facilidades nos Açores à Comunidade Britânica também a Austrália quis, em seu próprio nome, associar-se (nota de 14 de Setembro de 1943) às seguranças já dadas pelo Governo de Sua Majestade no Reino Unido e na União da África do Sul quanto à manutenção da soberania portuguesa em todas as possessões coloniais portuguesas depois da guerra. Acrescentando que a conservação da soberania portuguesa era de particular interesse para a Austrália, por causa da proximidade de Timor, o Governo Australiano exprimia o desejo de que nos concertássemos para a defesa futura de ambos os territórios contra possíveis agressões, bem como de que as relações existentes se estreitassem por meio de um acordo de comércio. Embora não haja de corroborar-se aqui o compromisso tomado pelo Governo Português na sua nota de 4 de Outubro de 1943, não há dúvida de que o Governo continua a perfilhar com prazer a ideia de oportunamente se discutirem os problemas atinentes à defesa comum contra possíveis agressões futuras, bem como ao desenvolvimento das relações económicas entre Timor e a Austrália.

(Discursos, volume 4º, pág. 148, 149, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163 e 164).

Discurso efectuado numa das salas da biblioteca da Assembleia Nacional, em 7 de Outubro, dando conta da dissolução da Assembleia Nacional e a convocação dos colégios eleitorais para a constituição da nova Câmara. Eleições a realizar em 18 de Novembro, prosseguindo no objectivo das relações internas e internacionais:

... O Governo julga, no entanto, essencial à dignidade da sua própria situação que existam de direito e de facto as condições de seriedade, de segurança e de liberdade correspondentes à magnitude desses actos, além da atmosfera de calma e generosa benevolência que esteja ao seu alcance criar. Por isso não só se propõe decretar uma amnistia suficientemente ampla para abranger todos os crimes contra a segurança interior e exterior do Estado, com excepção, é evidente, dos atentados pessoais, dos crimes de rebelião armada e dos que tomaram a forma de terrorismo político, mas procurou-se ir mais longe. Uma série de decretos a publicar imediatamente suprime o regime excepcional sobre a segurança do Estado e garantirá de modo efectivo a liberdade dos cidadãos contra a eventualidade de prisões arbitrárias. Para isso se

integram no regime de direito comum estes aspectos fundamentais da organização jurídica. Organiza-se a polícia de defesa do Estado nos mesmos moldes da polícia judiciária comum; modificam-se alguns institutos do processo penal e reorganizam-se os tribunais criminais ordinários, para que possam ser os seguros guardiões da ordem jurídica e social, sem ofensa dos legítimos direitos dos cidadãos. Na mesma orientação nós poderemos ainda decretar o regime do habeas corpus, promessa da Constituição e aspiração de muitos, que, mais generosos que esclarecidos, se dispõem a ver na instituição facilidades e garantias que nem mesmo no seu país de origem ela realmente comporta. Seja como for, e embora se possa asseverar não terem sido entre nós numerosos ou excessivamente graves os desvios e injustiças, uma ou outra se pode ter cometido por erro dos homens ou pela própria imperfeição das instituições, e o nosso dever é corrigi-las e aperfeiçoá-las, para evitar se repitam.

Espero, finalmente, que haja a liberdade de imprensa suficiente para que possam ser apreciados sem restrições os actos do Governo e seja possível a propaganda das ideias políticas e dos candidatos apresentados a sufrágio.

... Sob o aspecto social, devemos pensar que o movimento é muito anterior à guerra e independência dos partidos que nela se digladiaram; mas a chamada guerra total, pelo apelo constante a todas as forças e classes da Nação, a extensão das mobilizações militares e industriais, a solidariedade intensamente vivida no seio das nações e até da comunidade internacional, em face dos perigos, dos trabalhos e dos sofrimentos, tornou, mercê de todos estes factores, mais vivo e intenso esse clima social. O pior é que muita reforma ou melhoria exequível com as riquezas da paz pretende obter satisfação imediata e integral no meio dos escombros, ruínas e miséria causados pela guerra. Em tais termos, é de recear que, em vez de mais equitativas distribuições de riquezas criadas, se assista aqui e além à traslação em massa dos meios de produção, o que deixará o problema praticamente no mesmo ponto, com outros beneficiários e diferentes queixosos.

Relativamente ao clima político, é por demais evidente que a bandeira da vitória foi desfraldada e ficou drapejando ao vento da democracia; mas a ideia, suficientemente vaga para ser aceite como lema, revelou-se bastante imprecisa para servir de base à construção política. E já vozes se erguem dentre a imensa contradição do momento sugerindo ansiosamente comecemos por definir os termos da questão.

Por mim creio que o pensamento político europeu, no sentido da revisão objectiva, à luz da razão e da experiência, dos princípios que devem reger a organização e o governo das nações, acusa um nítido recuo, isto é, um retrocesso. Mas não o digo em voz alta – seria inútil, porventura contraproducente, quando o Mundo refere de paixões, se embriaga de palavras e sentimentos indefinidos, e o grande número, receoso de não estar na moda, se esfalfa a repetir tiradas de discursos tão antigos como inúteis.

Tudo isto está dando à vida tal falta de sinceridade, de verdade, de objectividade, que são bem de lastimar os homens sobre quem os acontecimentos lançaram o encargo de traçar no Mundo novas directrizes. Embora se saiba que a rivalidade dos interesses tende a agravar a confusão na ordem prática, os homens habituados à reflexão não podem deixar de sentir a gravidade das contradições e dos equívocos em que a Europa se debate, se esteriliza e cada vez mais se diminui. Esperemos que se trate de uma crise de pensamento provocada pela rotura de equilíbrio preexistente. Esperemos ainda que, separado o trigo do joio, a verdade do erro, o caduco do esperançoso e vivo, se possam descobrir as novas fórmulas, encontrar a síntese das aspirações e valores que surgem

da gestação do nosso tempo e dos princípios superiores provocados pela experiência dos séculos.

... O clima social do tempo presente não nos perturba nem pode preocupar-nos a nós que, se logo de começo tomámos posição contra alguns sistemas doutrinários em moda, também desde sempre enfileirámos ao lado dos descontentes da actual organização social. A crise política do Mundo, junta ao desequilíbrio moral e ao estado de miséria gerado pela guerra, está porém criando condições que, se podem apressar uma evolução conveniente, podem também provocar subversões catastróficas. Desenvolve-se uma tática a que levemente se fecham os olhos e para a qual seria prudente todos os tivessem abertos: reclamar instituições fracas para se instaurar e exigi-las depois fortes para se manter. Por este caminho se subverterá muito do que até há pouco se considerava salvo para a civilização do Ocidente.

Reputo inútil e prejudicial manter a este respeito ilusões e pensar que não nos separam de outros movimentos ou revoluções conceitos básicos de vida e de civilização. Não seria sério da nossa parte, que temos bem a consciência do possível, meter-nos impudoradamente a prometer a Lua nem seria digno acompanhar o grande coro de adulação das massas, como se em seu benefício se houvessem de ressuscitar velhos privilégios, de facto inexistentes para outras classes da população.

À parte estas reservas, continuamos fiéis ao nosso primeiro pensamento relativamente aos trabalhadores. «Com a mesma solicitude com que temos acudido a outras necessidades e com a mesma tenacidade com que havemos resolvido outros problemas, até há pouco considerados insolúveis, disse eu em 32, nós trataremos do seu emprego, da sua habitação, da sua higiene, da sua saúde, da sua invalidez, do seu salário, da sua educação, da sua organização e defesa, da sua elevação social, da sua dignidade; nós melhoraremos a sua condição – não digo bem – nós transformaremos a sua posição na vida económica e no Estado». Nós só fazemos às mais largas reformas no campo económico e social excepção «das que desconheçam o princípio da hierarquia dos valores e dos interesses e da mais perfeita conjugação destes dentro da unidade nacional».

Muito antes de alguns que timidamente se lhe hão referido, nós ousámos afirmar que o reconhecimento do direito ao trabalho, sejam quais forem as dificuldades da sua execução antes de profundas transformações na economia de hoje, deve ser a grande conquista do século e o mais sério instrumento de emancipação do trabalhador. Muito antes de outros que timidamente reclamam ainda hoje a escola única e a escola gratuita, nós proclamámos a necessidade de a instrução não ser privilégio de facto das classes abastadas ou médias, mas simplesmente o caminho aberto aos mais aptos para a mais racional valorização de todos os elementos no meio social. Se a isso acrescentarmos – o que é aliás corrente nos povos modernos – permanecer abertos os quadros da vida social e da organização política, disporemos das bases que nos proporcionam a segurança necessária, a devida justiça e a igualdade possível. Instrução aos mais capazes, lugar aos mais competentes, trabalho a todos, eis o essencial; tudo o mais, como no Evangelho, virá por acréscimo.

Faltam algumas palavras acerca do clima político no que pode relacionar-se com o nosso acto eleitoral.

A tendência marcada da nossa Constituição é no sentido da democracia orgânica, que a organização corporativa, quando estendida a todas as formas de actividade social, deverá realizar. Continuo convicto de que, à falta de fórmulas mais perfeitas não descobertas ainda, será essa a mais conveniente ao povo português, senão aos outros,

pois dará a projecção exacta da Nação no Estado. Sob o seu regime, com perfeita propriedade se poderá dizer que o Estado é a Nação socialmente organizada.

Por outro lado, com a prudência de quem trabalhava num Mundo instável e em ebulição, a própria Constituição Política admitiu várias fórmulas de compromisso com outras ideias e instituições correntes. Não haveria em qualquer caso razão, mas sobretudo acho cedo para sacrificar prováveis soluções de futuro a fórmulas das quais se pode afoitamente dizer que não se enobreceram mas se gastaram com a idade e o uso. Não há, porém, dúvida de que está feita uma opinião pública internacional acerca destas manifestações de vontade popular por via eleitoral, e nós só podemos tirar vantagem de que esta se manifeste uma vez mais no presente momento. E, porque somos de opinião de que não se pode governar contra a vontade persistente do povo, este dirá se deve mudar-se o sistema.

... Nesta orientação, nada impede que a União Nacional inclua nas listas apresentadas ao sufrágio nomes de pessoas independentes, que por formação mental ou modo de ser não se dispõem a aderir a tais ou tais dos nossos princípios mas podem com vantagem desempenhar os seus deveres de Deputados. Nem a esses nem a outros se pede ou pediu nunca em nome da disciplina que dêem o seu voto a qualquer medida ou atitude. O que qualquer partido exige dos seus partidários como regra indispensável de vida e de trabalho, dentro dos mais liberalíssimos e democráticos sistemas, não o exigimos nós. Contentamo-nos com votos livres de consciências esclarecidas pelo estudo dos problemas e pelo amor do seu País.

Ignoro se indivíduos que a si próprios definem e marcam posições de hostilidade quererão disputar as eleições, concorrer com lista própria – chamemos-lhe, por facilidade de opposição. Podem e têm o direito de fazê-lo; e, se as pessoas apresentadas ao sufrágio, pelo facto de representarem altos valores mentais e morais ou constituírem mesmo verdadeiras autoridades sociais, que tão lamentavelmente vão desaparecendo no nosso tempo e na nossa terra, forem superiores aos candidatos apresentados pela União Nacional, será até vantajoso que a Nação os prefira. Farei apenas uma restrição: é que se dispam do seu facciosismo, se o têm, do seu espírito de partido, se o conservam, das suas ideias feitas, porque nada disso interessa ao País, ou, melhor, ao País interessa que nada disso ressuscite.

Nenhum de nós supões que a doutrina, o programa, os actos do Governo têm sempre a aprovação geral, e que não há, por consequência, um maior ou menor número de indivíduos que pela sua formação mental, sentimentos pessoais ou antigos compromissos e ligações não estão dispostos a concordar e muito menos a dar-nos o seu apoio ou aplauso. Mas, porque só com a negação nada se pode construir, tenho tido interesse em investigar, através dos elementos de informação disponíveis, as suas ideias concretas de governo aproveitáveis ou úteis ao País. E tenho verificado o seguinte:

A maior parte da actividade mental de muitos inimigos da situação tem sido despendida em insultos de ordem pessoal, dos quais a maior percentagem, não digo honrosamente, mas de direito, me é dirigida a mim. Julgo porém que, além da primeira semana, seria difícil com tal bagagem governar ou resolver o mais insignificante problema nacional.

... A permanência, para além do que a nossa instabilidade habitual podia desejar ou prever, de certo número de individualidades no exercício das mesmas funções pode ter criado a sensação de que estão indefinidamente barrados os acessos e de que as renovações desejáveis, o aproveitamento de valores novos, a satisfação de ambições legítimas não podem nestas circunstâncias verificar-se. A situação – talvez

pessoalmente eu próprio – aparecerá como árvore frondosa sob cuja sombra espessa nada politicamente pode vicejar e crescer. Nada mais injusto e menos exacto.

Pelo que respeita ao conjunto das autoridades, aos chefes da administração, aos homens de governo, as coisas passam-se com a estabilidade apenas de qualquer país em ordem e bem governado. Relativamente ao Chefe do Estado, eu considero como o maior favor da Providência que o País tenha compreendido a inapreciável vantagem da sua permanência e lhe tenha imposto expressivamente em plebiscitos sucessivos continuar no exercício das suas altas funções. Quanto ao Chefe do Governo, todos os homens reflectidos podem concluir que o problema só teria interesse se de direito ou de facto se houvesse estabelecido uma diarquia em Portugal. A Providência, que de tantos erros e perigos nos tem livrado, por intermédio da prudência e moderação dos homens, também deste nos livrou. É um dos princípios do regime que fielmente adopto e sigo não haver nunca razão contra o Chefe do Estado, o que significa terem os problemas políticos só um árbitro supremo, a cuja decisão esclarecida todas as forças obedecem.

Nem eu podia pensar nunca, trocando o patriotismo pela vaidade, no que de lisonjeiro pudesse deduzir-se da situação actual; antes entendi sempre que a força e o interesse do País não estão em apresentar um exemplo de longevidade governamental, mas em dispor de muitos homens preparados para as altas funções do Estado. Demais, não tenho ambições nem interesse em governar (digo-o por não ser qualidade mas defeito). Apenas tenho o desejo, esse sincero e profundo, de que uma obra à qual muitos dedicaram e tantos já sacrificaram a vida não seja exposta à ignara incompreensão, à incompetência total, ao redemoinho de tão baixas mentalidades e de tão vis paixões que nos desonrem como homens e nos envergonhem e traíam como portugueses.

Sá mais duas palavras, para um apelo ao País. O nosso povo é avesso ao voto, por temperamento, pela má recordação dos tempos idos, em que lhe arrastava dissabores e prejuízos, por comodismo, por confiança nas pessoas e até, quem sabe, por inata desconfiança no processo. Mas há circunstâncias em que se lhe podem pedir sacrifícios graves. Poupámo-lhe o do sangue, para defender a integridade, a honra e o direito da Nação; não podemos poupar-lhe o do voto, que exprime a sua vontade com a clareza possível.

Nós devemos fazer a nossa vida sem sujeição a sistemas, figurinos ou gostos alheios; mas esta mesma atitude de dignidade e independência nos aconselha no momento presente a afirmar, sem subterfúgios, a nossa consciência política e a nossa vontade de nos governarmos segundo as nossas preferências.

Votar assim é um grande dever.

(Discursos, volume 4º, pág. 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190 e 191).

1946 – Reflexões sobre o último acto eleitoral com a finalidade de trocar impressões sobre o momento político, em reunião das comissões dirigentes da União Nacional, realizada numa sala da Biblioteca da Assembleia Nacional em 23 de Fevereiro:

... Concluimos assim que não temos outras soluções senão a solução nacional que desfrutamos e uma solução de extremistas, mesmo que estes, por amabilidade e camaradagem, condescendam em chegar lá pela antecâmara do partidarismo renascido. Esses outros têm ao menos, rigidamente erguida sobre princípios falsos, a grande força da lógica e não se lhes dará muito da liberdade. Sabemos bem que a exigem para vencer e a dispensam para governar.

Se a oposição tem concorrido às urnas e tem podido aqui e além sobrepor-se às nossas forças, tê-la-íamos neste momento na Assembleia Nacional. Desde que problemas desta magnitude hajam de ser postos no terreno eleitoral, não se pode deixar de aceitar

lealmente as consequências da incerteza e contingência do sufrágio. Mas o bom povo português, posto com inteira franqueza em face das realidades e em face dos perigos, devia compreender, a bem do seu interesse, não se tratar já nessas pugnas de marcar preferências pessoais, mas da escolha de princípios que, na sua síntese suprema, são a mesma interpretação da vida dos homens e das nações.

Abandonadas as urnas pelas razões ou com os pretextos conhecidos, seguirão uns aqueles obscuros caminhos onde a vossa vigilância não tem deixado enraizar e crescer a erva daninha das conspirações, outros se arvorarão às claras em paladinos de uma oposição por tudo e em toda a parte. Isto significará que a vida partidária, abandonado o terreno adequado às respectivas batalhas ou debates, invadiria a despropósito todas as manifestações da vida social. Devo dizer sobre este ponto uma palavra clara.

Nós temos mostrado, através das instituições, das leis e dos actos do Governo, a preocupação absorvente de reduzir tudo e tudo integrar no plano nacional. A Nação tem estado sempre presente ao nosso espírito, não só como indefinível essência da continuidade histórica dos portugueses através dos séculos, mas como o seu património material e moral. Todos nos devemos a ela, todos nos sacrificamos pelos seus interesses superiores, todos beneficiamos directa ou directamente da sua grandeza e prestígio. Para que esse sentimento não possa ser atingido na sua intensidade afectiva ou como ou como fonte de acção, tem sido necessário excluir da vida corrente, dado o desregramento passional dos portugueses, tudo o que pudesse quebrar a unidade moral da Nação. Daqui vêm o empenho e cuidado em que as organizações culturais, recreativas, profissionais ou outras e, na medida do possível, os próprios órgãos da administração não se imiscuem nem sejam teatro de lutas partidárias, mas conduzam a sua vida livremente, apenas condicionada às grandes linhas do interesse nacional. Assim a Nação se nos tem apresentado como unidade que é ou deve ser, dotada da homogeneidade e coesão no que é essencial à sua vida colectiva. E sobre essa base se lhe têm defendido a dignidade e o prestígio; e, partindo desse pressuposto, se tem governado na defesa intransigente do que se reputa, sem considerações estranhas, o interesse geral.

Pois bem: como por outros caminhos se prejudicará o pensamento e a ética do regime, nós somos obrigados a evitar, por todos os meios ao nosso alcance, que se destrua o que, mercê de tantos esforços, se tem podido conseguir. E porque a experiência revela não terem alguns podido elevar-se acima dos seus pequenos sentimentos de grupo, desejamos lealmente que se compreenda bem ser muito duvidoso podermos continuar a tratar no plano nacional aqueles que a si próprios teimam em confinar-se e agir no plano partidário.

... Nenhum povo verdadeiramente civilizado pode deixar de garantir nas leis e na realidade os direitos fundamentais da pessoa humana. Em nome dele se fez em grande parte a guerra, mas à sua roda gira um equívoco, que pode deixar um rasto funesto nas instituições europeias. Este deve-se a ter-se admitido, sem maduro exame, como axiomática verdade a tríplice equação: liberdade igual a democracia; democracia igual a parlamentarismo; parlamentarismo igual a oposição – e tornou-se negramente responsável por que em documento oficial as oposições portuguesas tenham acusado de ditadura o regime pelo facto de o Governo não cair perante as Câmaras. Afinal o problema é redutível ao seguinte: o grau e efectividade das liberdades individuais dependem essencialmente de determinada forma de organização de poder? A resposta é francamente negativa na doutrina e na prática, mas os que desejarem furtar-se a discussões incómodas resolverem aqui e além a dificuldade vestindo ou, nem vestindo,

crismando à moda as suas instituições. Deus permita que o único mal seja a anarquia do dicionário.

Outro ponto: Não há dúvida de que o Mundo está cheio da palavra «liberdade». Aqui significa independência política, além independência económica, numa parte emancipação e igualdade racial, noutra extinção de privilégios de classes; mais perto, a abolição das monarquias (aliás e pelo menos em potência tão liberais como as repúblicas), mais longe, a própria carência do poder público. Pois, repetida em todas as línguas e reboando sob todos os céus, é certo que a famoso e enganadora deusa não dará o seu nume à nossa época – e aí está a contradição.

Continuo a crer que, para bem dos homens e da sua vida em sociedade, haverá a «autoridade necessária e a liberdade possível»; mas, seja qual for o grau de liberdade política no futuro, já está moribunda no processo a liberdade económica.

Nós somos dos que mais convictamente se têm conservado fiéis à ideia de que uma razoável liberdade é salutar à vida económica, e não temos hesitado em mente-la nos domínios e no grau compatíveis com o interesse geral.

(Discursos, volume 4º, pág. 200, 201, 203, 204, 205 e 206).

Mensagem aos portugueses, publicada nos jornais de 3 de Abril na sequência do apelo feito pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra, para que todos os países, e no caso concreto, Portugal, produzisse ao máximo os alimentos necessários ao nosso consumo e reduzisse o seu consumo:

Desfeita a ilusão de que haviam de terminar com a guerra as privações, teremos de retomar a orientação no princípio dela impressa à nossa economia, pois se mantém – e de facto até se agravou – a necessidade de produzir e poupar. Nas actuais circunstâncias, e embora isso deva ser tomado em conta pelos dirigentes, não é o cálculo do custo ou do preço do produto, para quem haja de produzir, nem as possibilidades de gastar, para quem consome, que têm de ser tidos em maior conta. O que importa é produzir ao máximo géneros alimentícios e não consumir deles, cada qual, senão o estritamente necessário.

(Discursos, volume 4º, pág. 219).

Brinde no banquete oferecido nas Necessidades aos Embaixadores Dr. Herman Baruch e Sir Owen O'Malley, respectivamente Embaixadores dos Estados Unidos da América e de Inglaterra, em 10 de Junho:

... O nosso encontro desta noite tem, por isso, o exacto significado duma reunião de amigos, que decidiram prolongar por mais umas horas de feliz convívio os seus habituais encontros e trabalhos.

Disso efectivamente se trata. Tendo estabelecido em plena guerra os acordos que permitiram à Inglaterra e aos Estados Unidos da América a utilização de certas facilidades nos Açores, alcançada a vitória e findas com ela as hostilidades, procedemos, a 2 do corrente, à reintegração na plenitude da administração portuguesa dos campos que servirão agora às necessidades da paz, mas guardarão para sempre a lembrança heróica dos aviadores norte-americanos e ingleses que por lá passaram.

São estes factos simples que hoje comemoramos.

Seguiram-se os agradecimentos dos Embaixadores dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, em que o primeiro realça o reconhecimento do seu país pelo apoio fundamental prestado por Portugal pela facilidade de utilização do aeroporto da Ilha de Santa Maria dos Açores, construído pelos dois países e utilizado na Segunda Grande Guerra. Pela segundo é também realçada a posição portuguesa relativamente à aliança

anglo-portuguesa que mesmo nos momentos mais difíceis se manteve fiel aos seus princípios, tendo criado espontaneamente uma comunidade de sentimentos entre os dois países, uma comunidade de interesses assente em factos geográficos e políticos que unem os dois países marítimos e coloniais e uma comunidade de princípios morais relativa à conduta de inter-relação entre os Estados.

(Discursos, volume 4º, pág. 226).

Nota oficiosa publicada nos jornais de 4 de Setembro, para esclarecimento de alguns pontos referentes ao pedido de admissão de Portugal nas Nações Unidas:

... «O fundamento jurídico do pedido do Governo Português é o preceito da Constituição segundo o qual compete ao Estado Português cooperar com outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da Humanidade; e ainda estoutro: Portugal preconiza a arbitragem como meio de dirimir os litígios internacionais. Além disso Portugal é um Estado cuja Constituição reconhece a moral e o direito como limites ao exercício da própria soberania. Em virtude de tais preceitos o Governo Português não precisou mesmo de consultar a Assembleia Nacional antes de propor a sua candidatura. Ao fazê-lo deu execução a princípios essenciais da estrutura jurídica e moral da Nação.

«Assim, do nosso lado, temos o dever de procurar ingressar em todas as organizações que tendam a manter a paz e a desenvolver a cooperação internacional. Se esta atitude não vier e ter correspondência por parte das Nações Unidas é que este organismo se encontra ainda numa fase da sua vida em que o direito de entrada das nações pacíficas não é claramente reconhecido. Estou porém seguro de que mais e mais se afirmará o sentido da universalidade daquele organismo e tal questão não terá portanto já de ser posta».

(Discursos, volume 4º, pág. 239 e 240).

Discurso na sessão inaugural da I Conferência da União Nacional, em 9 de Novembro, realizada no Liceu D. Filipa de Lencastre, tendo como tema a relevância do factor político e a solução portuguesa perante as dificuldades presentes, em virtude da incógnita e incertezas futuras. São de duas ordens as preocupações imediatas; uma de carácter geral que tem que ver com o próprio Estado moderno, e outra de carácter particular presente em todos os sectores da vida portuguesa:

... Os inimigos da actual situação política insistem em asseverar que o problema político português exige uma solução e não estará resolvido enquanto não se adoptarem as providências que exactamente caracterizam outro regime diverso do actual. É evidente que os monárquicos por um lado e os comunistas por outro poderiam afirmar a mesma coisa. E isto quer dizer que para determinados grupos de cidadãos o problema político do seu país não estará nunca resolvido enquanto não receber a solução que eles próprios pretendem dar-lhe. O simples bom senso – mantenho-me nos limites da relatividade – repele conclusões desta ordem, e nem vale a pena que nos detenhamos nelas.

Na realidade simples das coisas, a solução é satisfatória se assegura a existência de um governo forte sob estável chefatura do Estado, aceites pela conformidade da massa dos cidadãos quando sentem defendidas as suas liberdades e interesses essenciais. Tal sorte de governo representa a própria essência e fins do poder público; a garantia das liberdades essenciais permite «a tranquilidade da ordem», que significa a paz pública. Podemos aferir, portanto, do valor de uma solução política, mais do que por justificações doutrinárias, por este facto simples mas fundamental: se houver progresso

na paz. Não é discutível se gozámos de um e da outra em Portugal nos últimos vinte anos.

... Sempre entendi que deveria ter-se feito distinção entre o reconhecimento das liberdades fundamentais que consubstanciam o respeito, por parte do Estado, da pessoa humana e as mil formas de organização do poder, salvo quando esta é condição essencial da efectividade daquelas. As discussões têm revelado o equívoco, mas não esclarecido o problema; já nem mesmo se sabe o que há-de entender-se por democracia.

É justo termos a maior compreensão em face das dificuldades que sentem hoje muitos países para ressurgir das ruínas e encontrar uma base estável de organização política e de paz social. Mas não podemos tomar como a última palavra de sabedoria política o que nalguns casos são apenas compromissos entre forças opostas, tentativas de acerto, quando não erupções de profunda desordem em que a Europa ficou. Devemos subir a outro plano para compreendermos melhor os problemas presentes e o valor das soluções.

...A estratégia da última fase da guerra, por exigência das operações ou da política, não só pôs na mão da Rússia a direcção efectiva dos negócios de algumas nações como lhe entregou as posições-chave de onde pode partir-se em todas as direcções à conquista do continente. E, quando se compara a vastidão do seu território e recursos de população e riqueza com o fio de pequenos países seus vizinhos na Europa, não se pode deixar de sorrir ante a insistência com que tem feito aceitar as imposições do seu «direito de defesa».

Eu quero concluir o seguinte: a Rússia tem hoje todas as possibilidades de dominar inteiramente a Europa e pode fazê-lo sem que a maior parte dela possa sequer lutar. É isto pelo menos o que está na lógica do seu poderio incontrolável e da sua doutrina.

Falo em perigo potencial, e não efectivo, visto os dirigentes soviéticos não estarem obrigados a qualquer lógica senão muito realisticamente à dos seus interesses e a posição puramente defensiva de todas as outras nações lhes permitir escolher oportunidades e meios de acção.

A vida tem surpresas de fazer pensar: quase toda a Europa se bateu e se arruinou por se opor à «nova ordem» de concepção germânica; mas é sobre as suas ruínas ainda fumegantes que se vê alastrar a «nova ordem comunista». Ora esta é, por definição, exclusiva e inconciliável com o conceito de civilização de que se orgulham as outras hegemonias. A Europa tem de escolher.

Isto o que se enxerga a olho nu, e de certo muitos outros pensam como eu. Sinto que sobre a miséria e devastações do último conflito é um crime toda a palavra imprudente e incitadora de um estado de espírito belicoso ou menos conforme à universal necessidade e ânsia da paz, e as minhas palavras não podem ser acusadas disso. Mas é crime mais grave ainda contra a Humanidade fechar os olhos a realidades palpáveis e portadoras de germes tão grave para a mesma paz que se pretende consolidar.

Ora quando atento na profundidade da crise que a Europa atravessa e vejo e vejo que o remédio mais imediato é para alguns de nós a existência de três, seis ou dez partidos, um Parlamento tumultuoso e um governo paralisado pela pressão de elementos contraditórios, não posso deixar de considerar a desproporção entre o mal e os remédios e verificar com profunda tristeza a cegueira dos homens.

A Rússia dispõe de uma doutrina, de uma força, de uma técnica e de um governo. Admitamos que os seus intentos e o seu interesse são viver pacificamente a sua vida, e

não impor fora das fronteiras a «sua ordem». Como poderão emergir das ruínas e da anarquia actual estados sem doutrina, sem força, sem técnica de acção e sem governo? Cada um pode tirar daqui as conclusões que entender.

... A questão que se põe é por isso a seguinte: qual a melhor forma de representação e de defesa dos trabalhadores no Estado?

A segunda metade do século XX e as primeiras décadas do actual parece terem revelado que o regime parlamentar não pôde dar solução satisfatória ao problema. Tanto quando as massas trabalhadoras se desinteressaram da organização do Estado como quando se interessaram na sua direcção por meio de partidos socialistas, sentiu-se que não foi atingido o escopo geral. Em numerosos casos ao lado do partido – organização política – surgiu o sindicato e seus graus superiores – organização social. É inútil pensar que o alargamento do sufrágio daria satisfação e resolveria a dificuldade. Na melhor hipótese a representação parlamentar oferece o aspecto duma duplicação de forças, que ou se revelam hostis ou pelo menos inarmónicas, mesmo quando o partido que se arroga a representação das massas operárias exerce com exclusividade o poder. Por mim não estranho que assim seja.

Primeiro: O Estado define, representa e defende tal multiplicidade de interesses que não pode subordinar-se, sem risco para a Nação, a um pensamento de classe ou dedicar-se à exclusiva satisfação das reivindicações desta. De modo que um partido socialista, para ser partido de governo, tem de ter as suas ideias sobre o conjunto dos problemas nacionais, e perde por esse facto o paralelismo que deveria prendê-lo à massa que, teoricamente ao menos, está na sua base. Daqui resulta como consequência fatal que a representação do interesse do operário ou, mesmo em termos mais latos, do trabalhador tem de ser confiada a indivíduos cujas ligações em muitos casos se devem considerar bastante longínquas do mundo real do trabalho, o que, por ser necessário, nem sempre se afigurará legítimo.

Em segundo lugar: é tal a complexidade das sociedades civilizadas, são tão numerosos e intrincados os interesses materiais e morais que nelas se movimentam, tão necessárias uma direcção superior e uma acção arbitral para dirimir conflitos possíveis, que bem parece não poder o Estado exercer a sua acção independentemente de duas condições: a primeira, a existência de uma organização social-base, estranha e independente de qualquer outra organização destinada a criar um órgão político de representação; a segunda, a reforma do Estado no sentido de se aproximar ou, melhor, de incorporar em si mesmo essa organização.

Sou assim levado a crer que a solução do problema enunciado acima vai impor no futuro um tipo de Estado no qual o conjunto dos interesses da Nação, integralmente organizados, tenha representação efectiva e directa por intermédio dos próprios interessados.

Não desejava que nos considerassem precursores, mas é aquilo mesmo o que pacientemente temos procurado fazer.

(Discursos, volume 4º, pág. 247, 248, 249, 250, 253, 254, 255, 257, 258 e 259).

1947 – Discurso na posse da nova comissão executiva da União Nacional, em sessão realizada numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional, em 4 de Março, com especial relevo para a decisão do Dr. Marcelo Caetano de abandonar a pasta das Colónias para integrar a nova Comissão e assim colaborar mais directamente nos destinos da Revolução Nacional, apoiando a União Nacional a «manter a feição anti-partidária do regime, para assim realizar politicamente a obra da governação»:

Algumas apreciações:

... O partido único, conduzindo ao totalitarismo do Estado, está claramente fora da nossa doutrina e da nossa ética política, como é repudiado pela consciência mundial. Por outro lado, a lógica e até a justiça impõem ou uma organização de Estado em que o partido não tem função ou o reconhecimento de tantos quantos os ideais ou interesses, transitórios ou duradouros, que seja possível organizar, com capacidade ou não de estar na formação de um órgão representativo. Mas esta conclusão, por mais lógica que se revele, começa já a não ser admitida, em nome da necessidade geral de governos eficientes, pelos mesmos defensores dos princípios que a impõem. Assim vai o Mundo sem atinar com a forma como há-de ser governado.

... «Regime sem partidos» equivale a «governo sem política»? A pergunta parece ociosa e no entanto a resposta necessita de algum esclarecimento.

Quando há semanas chamei a atenção para a relevância do factor político no meio português, pretendi englobar nesse factor o que importa à organização do Poder e às condições de eficiência da actividade governativa: estava fora do meu propósito e do andamento das ideias expressas considerar também a agitação da vida política como essencial ou necessária à resolução dos problemas nacionais. Receio que se hajam retirado deduções extremas num ou noutro sentido e qualquer delas viciosa.

Chamaremos «governo» à direcção superior de uma colectividade nacional, direcção que se exerce pela definição dos objectivos a alcançar e pela diária resolução dos problemas em que os mesmos objectivos praticamente se desdobram. Chamaremos «política» o conjunto de meios de natureza individual ou colectiva pelos quais a consciência pública é levada a um estado de adesão ou simples conformidade com aqueles objectivos e colabora com o poder na sua realização.

... Esta nota deixa compreender um dos motivos por que desde 1926 os homens do regime se deixaram absorver nas tarefas do governo, e a política foi em geral subalternizada entre nós a outras preocupações. O abatimento e decadência do País, o cansaço das lutas políticas, os sucessivos movimentos que revelavam ou estado de insatisfação permanente ou desordem endémica na sociedade portuguesa, a carência da autoridade, a insuficiência da administração, a urgência de solução de muitos problemas, o apoio ostensivo da força armada, tudo se tinha conjugado para tornar possível e querida da generalidade dos cidadãos a acalmia, um período longo de trabalho intenso, de verdadeiro governo do país desgovernado que éramos. Daqui a actividade febril que fez desta época uma das mais férteis em realizações de toda a história portuguesa – actividade salvadora, exclusivamente prosseguida no terreno nacional, mas bastante desacompanhada de acção política correspondente à sua importância e dificuldade. Era óptimo, se os homens fossem diferentes; não o tem sido por serem como são.

... Não falando, porém, de causas gerais, e só do que especialmente nos toca e no presente momento mais nos aflige, sabemos ainda que a nossa legislação de guerra, sobretudo no respeitante ao abastecimento público e ao condicionamento das actividades económicas, pesa duramente sobre o povo, e nós não temos outro desejo além de irmos restabelecendo à medida que for possível uma liberdade saudável. Aguardamos apenas a realização de condições convenientes para que o remédio não seja pior de sofrer do que o mal que se destina a curar.

... Não é para aqui explicar como, em que domínios e por que meios vai ser intensificada a nossa acção. Basta dizer que o mesmo pensamento inspirará a todos e guiará os nossos actos. Pretendemos que esta grande frente patriótica que é a União Nacional se alargue e consolide pela boa vontade dos portugueses, aos quais, aliás, se não tem pedido senão o sacrifício do que poderia dividi-los, para trabalharem unidos em prol da Nação.

Vinte anos de paz e progresso acreditam o sistema, maugrado as suas deficiências e imperfeições, e o confronto com os vinte anos anteriores devia ser bastante (se não fora o orgulho dos homens) para demonstrar pela experiência vivida quão fecunda é a unidade e como se serve mal o País reincidindo contra a sua saúde moral no que podemos chamar o pecado da divisão. Que tenebrosas algumas causas, e ligações, e dependências, e propósitos! Que fúteis alguns motivos sobre que se movem pequenos grupos – moinhos de vento que moem areia! Pois temos de dar-lhes batalha, decididamente, decisivamente, pela Nação, por nós e ...até por eles.

(Discursos, volume 4º, pág. 270, 273, 274, 275, 276, 277 e 278).

Discurso de agradecimento numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional, em 11 de Julho, onde se reuniram para apresentar despedidas delegações de todos ao territórios ultramarinos que tinham ido a Roma assistir às cerimónias da canonização de S. João de Brito, «a mais vasta e completa representação de povos do Império que alguma vez aqui pudemos reunir»:

... E não falo em que, sendo nós uma irmandade de povos, como lhe chamei, a todos nos lida, mais que ténue solidariedade política, uma verdadeira fraternidade. Bem vistas as coisas, os princípios de igualdade racial, de independência, de elevação moral e material dos povos, se alguém os pregou e os executa na medida das máximas possibilidades, somos nós. Não temos de iniciar agora viagem com vento de feição, mas de prosseguir caminho trilhado em séculos.

(Discursos, volume 4º, pág. 283 e 284).

Discurso proferido numa das salas da biblioteca da Assembleia Nacional em 25 de Novembro, antes da abertura da sessão legislativa, no sentido de ajudar à compreensão do momento político nacional e internacional «miséria e medo, características do momento actual»:

... As características do momento actual são, não só na Europa mas no Mundo, a miséria e o medo. Estas duas realidades moldam o pensamento e a actividade dos povos e dos governos; tomam, a par dos delegados, assento nas assembleias; conduzem pela mão milhões de seres errantes, de refugiados, de escravos, de famintos; dominam a vida – são a própria vida de hoje. Não sei se me vale a pena – a minha inteligência taceia na escuridão – separá-los para descobrir-lhes causas independentes. Talvez não, porque tudo no fundo é redutível à guerra, de um lado aos seus desacertos, do outro ao imenso consumo de riquezas que representou.

... Dasquelas posições proveio o esmagamento da Alemanha para além dos limites em que ainda poderia representar potência produtora, força defensiva e factor de equilíbrio no concerto europeu; e, pior que tudo isso, proveio também a inevitabilidade do avanço e ocupação russa até ao coração e posições dominantes da Europa. Tão longe se foi, impellido pela lógica dos princípios, que a acção internacional desenvolvida nos últimos dois anos e meio – planos, auxílios materiais, atenuação de regimes e de sanções impostas – para evitar a subversão completa, o caos, o desespero

sobre a «abominação da desolação» se tem revelado inútil, pouco se distinguindo os vencidos de alguns vencedores. Ora, se aquilo que depende da geografia ou é filho do sangue do povo alemão se pode ainda restaurar, o último facto apontado acima, como ordem politico-militar, pode muito bem impedi-lo, retardá-lo ou fazê-lo jogar em seu exclusivo favor. Está aqui a chave do problema base da Europa e um dos grandes problemas do Mundo.

Assim a Europa sofre miséria e tem medo. Medo de quê? Medo da Rússia; medo do comunismo. E parece ter razão.

...Embora as posições estratégicas e políticas resultantes da guerra denunciem por si mesmas grandes perigos e dificuldades, a consideração do estado geral dos espíritos e a evolução do pensamento político nalguns estados afastam-me de uma visão do futuro excessivamente pessimista. Isto é: eu não prevejo a catástrofe. Os dirigentes soviéticos têm-se revelado duros, tenazes, mas também prudentes. Têm na sua mão penhores preciosos, valores de negociação que lhes hão-de valer ainda grandes concessões das potências suas associadas. Esse é o caminho por onde hão-de tomar e, não arriscando nada, preferirão sobretudo esgotar as possibilidades de acção indirecta, através do prestígio do seu regime. Isto me conduz a dizer algumas palavras do outro grande medo que aflige as nações: o Mundo tem medo do comunismo.

Qual a razão disso?

A principal parece ter cristalizado à volta da ideia e do facto de se tratar de organização que, integrada no jogo das forças nacionais, recebe do estrangeiro a súpula doutrinal do seu programa e a orientação efectiva. Mas a mim não me parece razão bastante.

Através da História e ainda nos tempos de hoje, numerosos movimentos se têm verificado de inspiração estrangeira e muitos, apoiados por esta ou aquela potência, têm infelizmente vingado contra a vontade e os verdadeiros interesses da nação que os suporta. A História está cheia desses pecados. De modo que, em face do comunismo, o que sobretudo importa não é saber que é protegido ou apoiado de fora – mas a essência da sua doutrina e as verdadeiras intenções da potência inspiradora.

Esta última referência repõe no tabuleiro todo o problema anterior – ou seja a Rússia na Europa e no Mundo, a sua vida de relação com os mais estados, o valor prático para ela e a aceitação voluntária por sua parte daquele conjunto de princípios e de conceitos (uns pura emanção da moral, outros adquiridos e fixados pela experiência) sobre que deve viver e prosperar a comunidade internacional. Quer dizer: independentemente da execução do programa comunista, um problema continuaria de pé – o de saber-se a constituição da comunidade de nações por ela chefiada, que é o mesmo que dizer qual o grau de independência de cada país na gestão dos seus negócios internos e externos.

... Queria acrescentar umas palavras sobre a nossa política interna. Por brevidade e para não me repetir referir-me-ei apenas a três pontos.

Primeiro. Há muito tempo que o ambiente político se não afigura tão calmo e compreensivo como neste momento. Há certamente pessoas que, só vendo política activa na agitação dos espíritos e confundindo discussões estéreis com o estudo dos problemas, mal se habitua ao ritmo do nosso trabalho e à ética do regime. Mas os acontecimentos externos têm constituído ilustração tão cabal de muitas afirmações nossas; a instabilidade política tem de tal modo agravado as dificuldades dos governos e as deficiências de vida das populações; os remédios que se aconselham ou prevêm aproximam-se tanto de soluções experimentadas por nós, que mal se descortina campo

onde oposições possam ainda medrar: o partidismo, ainda que atenuado sob a precária unidade de «movimentos» e de «forças», tem dificuldade em manter as suas posições.

Aos nossos opositores aconteceu o que previmos: o seu liberalismo e vaga tendência social foram ultrapassados pelos factos e por nós próprios. E tendo ido buscar ao apoio comunista a novidade e dinamismo que lhes faltavam, apoio tão indesejável havia fatalmente de comprometê-los.

A questão está pois como no começo: solução nacional aberta a todos os homens de boa vontade e de sã patriotismo, ou nada. E aos que se admiram dos resultados obtidos diremos que politicamente pouco mais fizemos do que cingir-nos a algumas grandes verdades humanas e compreender o interesse e a alma da Nação.

Apesar disso – e este é o segundo ponto –, descobriu-se há meses um movimento sedicioso. Nada direi sobre ele, porque os acusados estão entregues aos tribunais e temos de respeitar o seu veredicto. Não infrinjo, porém, nenhum preceito ou dever lamentando ver incriminadas pessoas que ocuparam altas posições no regime e Governo da Nação e oficiais que nos tínhamos habituado a ver deste lado da trincheira. Sobre este caso têm surgido interpretações que parece tocarem na própria dignidade do Governo – o primeiro a dever observar a Constituição.

Não tendo eu sido sagrado ou eleito, a origem dos meus poderes não é outra senão a vontade de quem me confiou a missão, por outro lado firmada no que possa realizar em benefício do País. Quero ser juiz da minha capacidade de servir para o caso de outros serem comigo mais benévolos do que eu, mas todos me devem a justiça de considerarme escravo dos princípios e incondicionalmente pronto a obedecer à decisão superior. Numa palavra, a dignidade do Governo é suficiente garantia da liberdade do Chefe do estado, em quem, durante tantos anos da melhor e mais leal colaboração, nunca encontrei senão a preocupação da melhor solução dos problemas e do melhor governo para o País.

Último ponto. Julgo que não teremos muito sobrecarregada a próxima sessão legislativa com propostas do Governo, assoberbado em dar execução a algumas reformas importantes anteriormente votadas. Empregaremos no entanto esforços para definir as bases gerais do problema da habitação, pelo que talvez conviesse adiar a discussão do projecto, já relatado na Câmara Corporativa, relativa ao inquilinato, até estarem definidas linhas mais largas em que os assuntos ali versados se pudessem enquadrar.

Seja como for, a forma deficiente como decorreram, no parecer geral, as relações entre o Governo e a Câmara nas duas últimas sessões legislativas, levou-me a pensar na conveniência para um e outra da designação de alguém que por mais estreito contacto com ambos pudesse fornecer uma informação mais urgente e traduzir o ponto de vista do Governo nalguma questão de maior transcendência política. Isso constituiria um elemento a mais, e quero crer seguro, para a formação da própria consciência, segundo a qual o Deputado deverá sempre querer votar. Eu atrevia-me a sugerir um nome e, se merecesse o aplauso dos Srs. Deputados, com esse se trabalharia.

Penso que o trabalho exigirá que o leader – chamemos-lhe assim – seja devidamente coadjuvado; mas reputo o assunto mais ligado ao funcionamento da Câmara do que às relações da Câmara com o Governo e considero por isso preferível que a escolha seja feita sem a minha intervenção.

(Discursos, volume 4º, pág. 288, 289, 295, 296, 307, 308, 309, 310 e 311).

1948 – Após os anos de grande conturbação que inquietaram o Mundo, as mulheres portuguesa, vindas de todos os pontos do País quiseram agradecer ao Presidente do Conselho «a vida e paz dos seus lares», uma homenagem encabeçada pela Condessa de

Sabugosa, após a inauguração do monumento no jardim municipal da Rua da Imprensa, em 11 de Janeiro:

Teor da mensagem:

«Salazar!

As mulheres de Portugal ficaram-te devendo a vida e a paz dos seus lares. E, porque o não esqueceram, quiseram, numa homenagem simples, mas sincera, testemunhar-te a sua eterna gratidão.

Por isso vieram aqui, de todas as partes do País, desde as mais humildes às de condição mais elevada, apontar-te aos seus filhos como exemplo de um grande português e gritar-te do mais fundo dos seus corações:

Obrigado! Obrigado!».

Patente em todos os actos da Sua vida, qualidade rara num Homem de Estado, a humildade, agradeceu:

... Na deliciosa mensagem que há pouco me foi entregue, em nome de todas vós, pela veneranda Senhora, a Condessa de Sabugosa, li um passo ousado – a pretensão de apresentar-me aos vossos filhos como exemplo de grande português, português, sim, sem adjectivação, sem qualificativo, sem mais nada que não seja a preocupação absorvente de Portugal, cuja honra e grandeza repousam afinal tanto sobre os ombros dos homens de Governo como sobre os vossos – mães e educadoras dos portugueses. Trocarei por isso aquela ideia por outra, e é: quando todos cumprem o seu dever, como os portugueses fizeram, só Deus sabe quem é grande ou quem pode ser maior. Às Senhoras presentes e a todas aquelas que estão em espírito connosco e cuja contribuição para esta homenagem é porventura o sacrifício de não estarem aqui neste momento, agradeço comovidamente o carinho, a sinceridade, a doçura da sua manifestação.

(Discursos, volume 4º, pág. 315, 316 e 317).

Agradecimento por mais uma prova de reconhecida gratidão, amizade, consideração e estima, prestada pelos professores da Universidade de Coimbra que se deslocaram a Lisboa para cumprimentar o Presidente do Conselho pelo 20º aniversário da sua entrada para o Governo, em 27 de Abril:

... Neste gabinete de trabalho, onde a fraterna camaradagem coimbrã me permite recebê-los, a vida não tem sido fácil, nem doce, nem isenta das maiores preocupações e desgostos. De vez em quando, um raio de luz brilha e doira o ambiente. Parece então que é diferente a vida, tudo se passou sem deixar vincos na alma, e valeu a pena ter trabalhado, batalhado, envelhecido para gozar plenamente da estima ou da gratidão. Hoje foi assim.

Em todo o caso, em todo o caso espero ansioso o momento de regressar...

(Discursos, volume 4º, pág. 322).

Discurso aos representantes das forças armadas para agradecer os cumprimentos apresentados por motivo da passagem do 20º aniversário da entrada para o Governo, proferido na sala nobre do Palácio de S. Bento, em 28 de Abril, tendo como tema as relações do Ocidente em face da Rússia:

... Acabada a guerra, uma grande e poderosa nação continuou a aumentar e a consolidar a sua força e afirmou, com a presença ou a ameaça desta força, um pensamento que podia até certo momento ser considerado de prevenção e reforço da sua segurança, mas, para além dele, só pode conceber-se como tendência imperialista e de clara hegemonia. Refiro-me à Rússia. Embora a provocação à Finlândia e a declaração de guerra à Bulgária, entre outros actos, tivessem denotado, à margem da agressão alemã, o propósito de ir resolvendo certos problemas através do estado de guerra e num ambiente de vitória, por mais injusta ou artificiosa que fosse, as outras potências aliadas surpreenderam-se com o desenrolar dos acontecimentos. As últimas parece que descansaram na vitória, como se vitória significasse paz. A primeira continuou a desenvolver a sua força e a utilizar as suas posições, como se a guerra houvesse ainda de prosseguir. Deste desequilíbrio material e deste desencontro de conceitos nasce a grande preocupação em que vive hoje o Ocidente. Não há para o caso outra explicação senão a seguinte: as potências ocidentais consideraram com o esmagamento da Alemanha atingido o seu fim de guerra; a Rússia não, pois que, além do reforço da sua defesa e do aumento do seu poderio, alimenta, para a hipótese de ser possível realizá-lo, o sonho da revolução mundial, de que é o máximo expoente e o mais sólido apoio. Esta a situação.

As atitudes que de um modo geral o Mundo, mas muito especialmente o Ocidente, podem prever no futuro próximo em relação à Rússia são: a guerra, o isolamento, a colaboração pacífica na sociedade internacional. Enumerei-as pela ordem decrescente da sua gravidade, para concluir na única desejável.

Não pode oferecer dúvidas a ninguém que a colaboração russa no plano mundial seria grandemente vantajosa. Seja qual for a divergência de princípios fundamentais que dela nos separem e o juízo que façamos dos seus processos políticos, a Rússia possui imensas riquezas naturais, o valor do trabalho de numerosa população, a sua técnica, a sua arte. O Mundo só poderia ganhar com a colaboração que ela pudesse dar à solução de problemas gerais. Com uma condição evidente: que Moscovo deixasse de representar o papel de inimigo de toda a ordem constituída e de fomentador de revoluções.

O isolamento privaria o Mundo das vantagens que a colaboração russa podia dar-lhe, sem o libertar completamente dos males da sua presença invisível. Acontece que a Rússia é, pela extensão e continuidade territorial, pelo peso da massa demográfica, pela variedade das suas riquezas, pela pequena densidade e modesto nível de vida da população, talvez o único país que pode fechar-se sobre si mesmo e prescindir quase completamente de intercâmbio com outras nações. Esta orientação, embora se possa exemplificar com outros passos da história russa, não se me afigura porém que venha a ser preferida pelos actuais dirigentes da sua política. A grande, porventura insolúvel, dificuldade estaria em conciliarem um isolamento que fosse instrumento de defesa e impermeabilidade às ideias e instituições do Ocidente com uma acção de presença internacional, suficientemente vincada, para defender interesses ou atingir o objectivo de livre acesso aos grandes mares, que a Rússia tem desde há séculos pretendido. Parece em todo o caso difícil que essa política de isolamento, a ser adoptada, como alternativa forçosa, não se estenda também, embora com certas atenuações, aos países que aderirem ao seu sistema.

A pior hipótese seria evidentemente a guerra. A facilidade com que a vemos apresentar e a criação de um estado emocional a ela conducente, que pode tirar das mãos dos responsáveis a direcção dos acontecimentos, a mim pessoalmente fazem-me estarrecer.

Coloca-se entretanto uma questão fundamental à independência da Europa Ocidental. Saber da real possibilidade da sua resistência à ameaça da Rússia:

... O aspecto que me interessa agora é saber em que bases e sob que orientação se pode organizar a resistência ou, por outras palavras, saber se a reconstrução económica e a adopção de uma linha geral quanto ao problema em causa exigem a constituição prévia de uma superestado ou de uma soberania do tipo federal, por exemplo.

A organização do mundo interessado em manter as bases da civilização ocidental não pode fazer-se integralmente, como é visível, no plano supranacional, mas apenas no do entendimento e concerto de soberanias nacionais. E a parte europeia desse conjunto menos possibilidades que as restantes terá ainda de ignorar as realidades existentes, embaraçando-se em criações políticas que, podendo crer-se no campo teórico mais coesas, depressa revelariam a fragilidade ou artifício da construção. A ideia de uma Europa federal parece-me fora das possibilidades de realização por muitas razões; mas para já o que interessa salientar é que se começaria por tirar aos estados europeus uma das principais razões por que através dos tempos tanto se têm sacrificado em guerras – a garantia de os diferentes povos disporem de si mesmos.

Julgo haver equívoco em pensar que a fase de febril internacionalismo que vivemos é essencialmente contrária à existência de nações soberanas. A lição das duas últimas guerras não é no sentido da extinção dos nacionalismos, mas da sua exacerbação, com a nota de pretenderem agora dispor de uma garantia internacional. É certo que, como toda a vida de relação, a vida internacional comporta limitações, evidentemente no mesmo plano em que essa vida se organiza. Fora disso parece-me só se ter logrado confusão e descrédito com a tendência para limitar através de organismos internacionais a independência ou liberdade interna dos estados no que à vida internacional não interessa.

Se pois a resistência do Ocidente tem de aproveitar prudentemente e à luz de um realismo construtivo a base nacional, ou seja a existência de nações independentes, é preciso ser coerente com este princípio e evitar erros prejudiciais ao mesmo fim que se pretende. Por nós somos apenas lógicos afirmando que não servem a defesa do Ocidente as intervenções, directas ou indirectas, nos negócios internos de cada Estado. Somos apenas lógicos defendendo a reabilitação da Itália e votando pela admissão da Alemanha na obra da reconstituição europeia, ao mesmo tempo que propomos se estude a maneira de conseguir a cooperação da Espanha naquela obra, tanto mais que a Espanha representa um grande valor económico e a Península é na defesa do Ocidente um todo que não pode por ninguém ser desconhecido. Somos apenas lógicos entendendo que só se prejudica o concerto dos povos europeus com a pretensão de estabelecê-lo em bases pedidas de empréstimo a programas partidários, num sonho ingénuo de standardização política, cujos malefícios não seriam diminuídos pela bondade das intenções.

Trabalhando em tais direcções, parece-me que afinal se prejudicará gravemente a união do Ocidente na única base e para o fim que verdadeiramente importam – o reconhecimento da identidade de origem e a intransigente defesa de certos princípios básicos da civilização. Ora na compreensão que felizmente existe desta necessidade comum é possível encontrar suficiente ponto de apoio para os entendimentos precisos. (Discursos, volume 4º, pág. 327, 328, 329, 332, 333 e 334).

Em substituição do Presidente da República, ausente por doença, o Dr. Salazar proferiu o discurso de encerramento da Exposição de Obras Públicas num dos salões do Instituto

Superior Técnico, em 7 de Novembro exaltando a obra exposta e particularmente todos os que com o seu trabalho contribuíram para o seu êxito:

... Desde o simples operário de fábricas e oficinas, desde os artífices e os empreiteiros, aos que conceberam, planearam e projectaram as obras, aos engenheiros e architectos, aos decoradores, escultores e pintores, que as enriqueceram e embelezaram, a todos o Governo deseja dirigir, por meu intermédio, uma palavra de felicitações e de agradecimento.

Penso que todos têm vivido uma hora de íntima satisfação e de orgulho em contribuir com o seu esforço e o seu talento para o esplendor de uma época como a nossa. Nós compreendemos bem as suas ansiedades; eles devem compreender as nossas limitações e sobretudo as exigências do espírito que é a alma da nossa obra.

(Discursos, volume 4º, pág. 343).

1949 – Discurso de saudação e agradecimento ao Porto, no Palácio da Bolsa, em 7 de Janeiro, ao inaugurar-se a conferência da União Nacional e a campanha para a reeleição do Senhor Presidente da República:

... Fins da Conferência:

A Conferência destina-se a expor às forças políticas do regime certo número de problemas da actualidade portuguesa nos domínios político, social e económico; e, como primeiro acto duma campanha eleitoral, a fazer solenemente a proclamação do candidato à Presidência da República. Esta segunda finalidade não valeria a pena visá-la, tratando-se do Senhor Marechal Carmona, que, há mais de vinte anos na chefia do Estado, é o mais nobre expoente do regime e o mais sólido fiador do pensamento do 28 de Maio. Ela não traduz mesmo fielmente a realidade, porque de facto a próxima eleição presidencial não se limita a escolher um dentre dois candidatos, mas, pela força das coisas, a escolher um dentre dois regimes.

Eu posso fazer um depoimento:

Devo à Providência a graça de ser pobre: sem bens que valham, por muito pouco estou preso à roda da fortuna, nem falta me fizeram nunca lugares rendosos, riquezas, ostentações. E para ganhar, na modéstia a que me habituei e em que posso viver, o pão de cada dia não tenho de enredar-me na trama dos negócios ou em comprometedoras solidariedades. Sou um homem independente.

Nunca tive os olhos postos em clientelas políticas nem procurei formar partido que me apoiasse mas em paga do seu apoio me definisse a orientação e os limites da acção governativa. Nunca lisonjeei os homens ou as massas, diante de quem tantos se curvam no Mundo de hoje, em subserviências que são uma hipocrisia ou uma abjecção. Se lhes defendo tenazmente os interesses, se me ocupo das reivindicações dos humildes, é pelo mérito próprio e imposição da minha consciência de governante, não por ligações partidárias ou compromissos eleitorais que me estorvem. Sou, tanto quanto se pode ser, um homem livre.

Jamais empreguei o insulto ou a agressão de modo que homens dignos se considerassem impossibilitados de colaborar. No exame dos tristes períodos que nos antecederam esforcei-me sempre por demonstrar como de pouco valiam as qualidades dos homens contra a força implacável dos erros que se viam obrigados a servir. E não é minha culpa se, passados vinte anos de uma experiência luminosa, eles próprios

continuam a apresentar-se como inteiramente responsáveis do anterior descalabro, visto teimarem em proclamar a bondade dos princípios e a sua correcta aplicação à Nação Portuguesa. Fui humano.

... Penso ter ganho, graças a um trabalho sério, os meus graus académicos e o direito a desempenhar as minhas funções universitárias. Obrigado a perder o contacto com as ciências que cultivava, mas não com métodos de trabalho, posso dizer que as reencontrei sob o ângulo da sua aplicação prática; e, folheando menos os livros, esforcei-me em anos de estudo, de meditação, de acção intensa, por compreender melhor os homens e a vida. Pude esclarecer-me.

Não tenho ambições. Não desejo subir mais alto e entendo que no momento oportuno deve outrem vir ocupar o meu lugar, para oferecer ao serviço da Nação maior capacidade de trabalho, rasgar novos horizontes e experimentar novas ideias ou métodos. Não posso envaidecer-me, pois que não realizei tudo o que desejava; mas realizei o suficiente para não se poder dizer que falhei na minha missão. Não sinto por isso a amargura dos que merecida ou imerecidamente não viram coroados os seus esforços e maldizem dos homens e da sorte. Nem sequer me lembro de ter recebido ofensas que em desagravo me induzam a ser menos justo ou imparcial. Pelo contrário: neste país, onde tão ligeiramente se apreciam e depreciam os homens públicos, gozo do raro privilégio do respeito geral. Pude servir.

Conheci Chefes de Estado e Príncipes e Reis e ouvi discretar homens eminentes de muitas nações, ideologias e feições diversas sobre as preocupações de governo, os problemas do Mundo ou as dificuldades dos negócios. Pude comparar.

E assim, sem ambições, sem ódios, sem parcialidades, na pura serenidade do espírito que procura a verdade e da consciência que busca o caminho da justiça, eu entendo que posso trazer ao debate um depoimento – depoimento sincero e, senão convincente, ao menos vivido e desinteressado.

O regime e a Nação:

... Possivelmente para alguns associação transitória ou permanente de interesses materiais, a Nação é para nós sobretudo uma entidade moral, que se formou através de séculos pelo trabalho e solidariedade de sucessivas gerações, ligadas por afinidades de sangue e de espírito, e a que nada repugna crer esteja atribuída no plano providencial uma missão específica no conjunto humano. Só esse peso dos sacrifícios sem conta, da cooperação de esforços, da identidade de origem, só esse património colectivo, só essa comunhão espiritual podem moralmente alicerçar o dever de servi-la e dar a vida por ela. Tudo pela Nação, nada contra a Nação – só é uma divisa política na medida em que não for aceite por todos. E de facto não é.

... Este doce País que é Portugal – pequeno na Europa, grande e dilatado nos outros continentes, como árvore que, alimentando-se da seiva lusitana, espalhasse longos ramos a sóis diferentes e à sua sombra abrigasse as populações mais diversas, todas igualmente portuguesas – , este pequeno país não pode, no 9º século da sua história, duvidar da sua realidade de nação. Esta realidade, em que englobamos a independência, a unidade orgânica e a missão civilizadora, é um pressuposto ou ponto de partida e foge a toda a discussão. E daqui este corolário: quem não é patriota não pode ser considerado português. Gostaria de saber se da Oposição o problema pode ser definido em iguais termos.

O regime e o Governo:

... A tendência nos regimes parlamentares é para localizar a sede da autoridade dominante numa Assembleia eleita por votos de tipo individualista e base partidária.

A sequência lógica dos acontecimentos tem visto passar esta autoridade da Assembleia para os grupos parlamentares, destes para os partidos, dos partidos para os respectivos directórios, destes para o eleitorado anónimo, em último recurso. A experiência demonstra que de escalão em escalão o poder se degrada, se dissolve e que o governo ou não é possível ou não é eficaz. Quando as dificuldades se acumulam, a desordem cresce, a carência da autoridade torna a vida social precária e as próprias liberdades políticas se transmudam em licença geral, elevam-se do país vozes a reclamar um governo que governe.

Quando nas legislaturas do período parlamentarista monárquico e republicano até 1926 se verifica terem sido dissolvidas 86 por cento das assembleias políticas – umas vezes pela força, outras por acto do Chefe do estado – não pode crer-se nem que a instituição se revelasse sempre incapaz da função legislativa nem que houvesse sempre intervenções abusivas ou actos de força condenáveis à luz do interesse nacional; mas que o sistema, ao proclamar o intento de pôr nas mãos do povo ou do eleitorado – pobre povo e pobre eleitorado! – o governo da Nação, condenava este à instabilidade, à agitação estéril, à inópcia da autoridade. Por isso o problema do governo é o problema central dos regimes políticos e um problema vital das nações.

Vale a pena reflectir mais uns instantes no assunto, examinando-o agora do aspecto partidário.

O regime e os partidos:

... Em numerosos países, e em Portugal sem dúvida, a noção, o espírito, a finalidade dos partidos corromperam-se e as agremiações partidárias converteram-se em clientelas, sucessiva ou conjuntamente alimentadas pelo Tesouro. Findo o período romântico, ou até antes disso, que se segue às revoluções ditas liberais do começo do século XIX e em que os debates parlamentares revelam com erudição e eloquência preferência pelas grandes teses da filosofia política e as grandes aspirações nacionais, a realização partidarista começou de envilecer-se. Duvido se alguma vez representou o que se esperava; desde os meados do século passado até 1926 – em monarquia e em república – a vida partidária tem seus altos e baixos, mas deixa de corresponder aos interesses políticos e distancia-se cada vez mais do interesse nacional. A fusão ou desagregação de partidos, as combinações políticas são fruto de conflitos e de paixões, compromissos entre facções concorrentes, mas nada têm que ver com o País e os seus problemas.

Aqui e além tenta-se regularmente, moralizar, constitucionalizar a vida partidária. Tudo embalde. Um partido, vários partidos dispõem do poder – são governo; mas não se encontra, como poderia supor-se, relação concreta nem entre os actos de governo e os programas partidários nem entre os programas e as exigências da Nação. Nós chegamos aos últimos extremos na república parlamentar, com cinquenta e dois governos em menos de dezasseis anos de regime.

A única conclusão possível é que a forma partidária faliu, e de tal modo que apregoá-la como solução para o problema político português não oferece o mínimo de base experimental que permita admiti-la à discussão. Mas pode ir-se mais longe e invocar para contraprova a experiência de mais de vinte anos de política sem partidos, de política nacional simplesmente.

O espírito de partido corrompe ou desvirtua o poder, deforma a visão dos problemas do governo, sacrifica a ordem natural das soluções, sobrepõe-se ao interesse nacional, dificulta, senão impede completamente, a utilização dos valores nacionais para o bem comum.

O regime e as liberdades:

... A generalidade dos portugueses não teve nunca tanta liberdade como no actual regime, porque, nos limites em que se concebe, é igual para todos e efectivamente garantida. Assim se compreende que a vida associativa se tenha multiplicado e intensificado e que não se verifiquem entraves visíveis à vida corrente dos portugueses. Simplesmente a associação para a política partidária, as reuniões para a política partidária, a imprensa para a política partidária sofrem limitações, coerentemente com a pretensão de curar do partidarismo doentio que a degradava a sociedade portuguesa. Trata-se em verdade de um «regime de cura» e de legítima defesa, em grau que não pode ser considerado superior às necessidades.

É natural que alguns homens educados para a luta puramente política, as especulações demagógicas, as exaltações emocionais das massas populares, e por esse motivo propensos a reduzir a vida da Nação à agitação própria e das forças partidárias que lhes restam, não tenham revelado compreensão nem dado mostras de adaptar-se. Mas a Nação que faz livremente a vida que quer, a Nação viva e real, essa, comparando passado e presente, olha com certa desconfiança o zelo destes apóstolos da liberdade.

O regime e os trabalhadores:

... De modo que o operariado não tem diante de si senão duas perspectivas, quero dizer dois caminhos – comunismo e corporativismo: o primeiro com posição definida quanto aos meios de produção, quer esta se verifique mais conveniente quer menos para a riqueza geral e para os mesmos trabalhadores; o segundo livre de escolher os processos de maior rendimento colectivo e de maior benefício para o operariado; o primeiro obrigado, por força da socialização, a dirigir rigidamente a vida e a suprimir toda a liberdade; o segundo assegurando, dentro do condicionalismo da produção, os interesses materiais e morais do trabalho e respeitando a liberdade do homem, do membro da família, do trabalhador, do cidadão; o comunismo criando a miragem de os trabalhadores serem eles o Poder e o Estado; o corporativismo dando-lhes a realidade da sua participação no Estado e da sua solidariedade com todos os outros portugueses nos interesses da Nação.

O regime e a Igreja:

Portugal nasceu à sombra da Igreja e a religião católica foi desde o começo elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do carácter do povo português. Nas suas andanças pelo Mundo – a descobrir, a mercadejar, a propagar a fé – impôs-se sem hesitações a conclusão: português, logo católico. Tiveram o restrito significado de lutas políticas, e não de questão religiosa, os dissídios dos primeiros séculos entre os reis e os bispos e os que mais tarde devolveram os governos e a Cúria. Na nossa história nem heresias nem cismas; apenas vagas superficiais, que, se atingiram por vezes a disciplina, não chegavam a perturbar a profundo tranquilidade da fé. A adesão da generalidade das consciências aos princípios de uma só religião e aos ditames de uma só moral, digamos, a uniformidade católica do País foi assim, através dos séculos,

um dos mais poderosos factores de unidade e coesão da Nação portuguesa. Portanto factor político da maior transcendência; e por esse lado nos interessa.

... Ora bem. A Igreja não tomará, não pode tomar posição num debate político: mas os católicos não podem manter-se indiferentes às suas consequências. Não vi ainda nada que expressamente se referisse ao problema religioso; mas conhecemos os homens e as suas ideias; sabemos das ligações e compromissos subterrâneos que mais uma vez pretendiam impor-se à Nação; vimos escrita a intenção genérica de destruir a obra realizado nos últimos vinte anos. Não era porém necessário anunciar o propósito: nem a questão religiosa seria reposta nos mesmos termos. Tornou-se hoje corrente em muitos países que se deixam dominar pelas chamadas forças libertadoras acusar Deus de conspirar contra o Estado...

O regime e a sociedade internacional:

Como as outras nações, Portugal não vive isolado do Mundo; tão-pouco o poderia lograr. As relações que mantém, a colaboração que presta, os apoios de que dispõe derivam em parte da sua índole e do conceito de vida internacional e, no mais, da extensão e natureza dos interesses a defender como agregado político autónomo. Os interesses, mesmo os de ordem moral, sobretudo para as pequenas potências, circunscrevem-se ou definem-se num espaço determinado. E isto quer dizer que, se a política internacional se prende por um lado às exigências da civilização, é por outro determinada por factores geográficos dominantes.

O regime e a sua evolução futura:

Embora convencido de que a política se faz muito com o sentimento e pouco com a razão, eu não podia deixar de apelar hoje sobretudo para a inteligência dos portugueses, tratando-se de problemas de tão alta importância e que seria desastroso confiar ao jogo das paixões.

Não há regimes eternos, não há regimes perfeitos, não há regimes universais. Não há regimes eternos, mas há regimes estáveis e instáveis; não há regimes perfeitos, mas há os que servem e os que desservem as nações; não há regimes universais, mas há os que consideram e outros que desconhecem a particularidade das circunstâncias e a universalidade do factor humano.

O que se pretende? Que, tendo em atenção as qualidades e defeitos dos homens e da sociedade a que se aplica, o regime realize, no máximo possível de ordem e de liberdade individual, as condições necessárias ao progresso da vida colectiva.

(Discursos, volume 4º, pág. 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 365, 366, 369, 370, 371, 373, 374 e 378).

Palavras radiodifundidas em 11 de Fevereiro, ao encerrar-se o período da propaganda eleitoral (reeleição do Chefe do Estado, Sr. Marechal Carmona):

... Não é a nós que compete criticar a Oposição pelos seus deslizes. Posta a questão no terreno eleitoral, só tínhamos que tirar deles o maior proveito. Mas, habituados, como estamos sempre, a referir tudo ao plano nacional, compreender-se-á que lhes façamos alguns reparos.

Todos haverão descoberto – e vários os comentaram – três erros fundamentais da campanha da Oposição: disputar a eleição presidencial; pôr sobre ela toda a questão do regime; aliar-se com os comunistas e quase submeter-se à orientação destes.

... Pois sobre estes três erros essenciais se ergueu a campanha da Oposição. Deixarei sem comentário o modo como foi conduzida. Devo apenas dizer que o povo português, pelas suas qualidades de compreensão, de cultura, de bondade, mesmo pela sua experiência e instintos políticos, merecia um pouco mais de respeito. Verdade seja que um senhor nos qualificou de «cafres da Europa», e nessa base devemos confessar que muitos propagandistas, pela palavra oral ou escrita, estiveram perfeitamente bem.

É muito difícil conseguir uma síntese da propaganda da Oposição e mesmo da do regime que se contrapunha. Mas, se pusermos de parte os trabalhos publicados sobre dois ou três problemas concretos – finanças, assistência, economia – , nos quais aliás não se discutiram a sério princípios, mas aplicações ou a maior ou menor extensão dos benefícios concedidos, podem talvez sem grande erro deduzir-se da massa da propaganda os seguintes alinhamentos gerais: governo – política; Nação – partidos; autoridade e ordem – liberdade. As pessoas monos preparadas ou precavidas não podem ter ficado indiferentes à insistência em certas ideias mestras. Elas traduzem de facto dois processos, duas escolas, dois pensamentos políticos, e é entre eles que terá finalmente de escolher-se.

De um lado, reconhece-se a necessidade primordial de um governo que governe, de um governo cujos princípios, força e estabilidade sejam garantia de acção governativa eficaz. De outro, tornou-se evidente que a política, pura e simplesmente, a política colhia os maiores favores, como se um país pudesse viver, no que depende do Estado, do vazio, da agitação ou da intriga à roda do Poder. E em vez de, quando assim o entendia, se considerar actividade estéril, chegou-se ao cúmulo de conferir-lhe virtudes criadoras.

De cá, a preocupação absorvente do interesse da Nação, da unidade nacional a sobrepor-se às pequenas ou grandes divisões dos portugueses; de lá, a ânsia de restaurar a vida partidária, a obsessão do partido – do partido que aparece e desaparece, que se fracciona, que se funde, que se transforma, que entra em combinações ou desfaz acordos, que pretende interpretar as correntes de ideias do País e praticamente pouco mais consegue representar e alimentar que as ambições das clientelas.

Aquém, a autoridade que cria a ordem e a ordem que condiciona a liberdade; além, a liberdade, tomada no vago, no absoluto, e desprendida de todo o condicionalismos social, a liberdade até aos paroxismos da anarquia. Sem dúvida, os mais cultos temeram o absurdo e de envolta com muita filosofia admitiram restrições. Mas a massa dos oradores e dos ouvintes delirou com um conceito de liberdade ilimitada e irresponsável; dizer o que se quizer, escrever o que se quizer, fazer o que se quizer, sem responsabilidade. A estranheza, o alvoroço causados pelo facto de os tribunais incriminarem alguns abusos só pode significar que no geral se pensava não ser logicamente possível abusar da liberdade.

(Discursos, volume 4º, pág. 385, 386, 390, 391 e 392).

Discurso proferido na inauguração da barragem «Salazar», no vale do Sado, em 29 de Maio. É feita aqui menção em jeito de recordação e homenagem ao Professor Rui Mayer pelo seu livro “O Problema da Água na Agricultura Portuguesa” “que terminava, à laia de conclusão doutrinal, por este convite ou incitamento: A regar! A regar!”:

Eu não posso fugir a manifestar a minha gratidão pelas palavras amigas e generosíssimas que foram ditas a meu respeito; mas encontro-me na situação difícil de agradecer com ar prazenteiro uma homenagem de que no íntimo discordo. À parte os Chefes de Estado, que têm, pelo relevo especial de suas pessoas e responsabilidades na condução dos povos, lugar sempre destacado na História, todos os mais que colaboram

de uma ou outra forma no esforço colectivo da grei devem ficar sujeitos – nomes e obras – ao desgaste do tempo. E se, passados séculos, viverem ainda na memória dos homens, uma geração virá consagrar o que deixaram à Nação em nobreza, em bravura, em trabalho, em virtude, em exemplo, em acrescentamentos materiais ou morais, e é, na realidade, ainda uma parcela da sua vida na terra. Pois não estamos nós agora – a geração do sacrifício e do resgate – a saldar velhas dívidas, como as em aberto até ao nosso tempo para com o Infante D. Henrique, o Santo Condestável e D. João I, D. Dinis e o Príncipe Perfeito, D. João III e o Monarca da Restauração, e tantos outros, máximos obreiros da Pátria e da sua Glória? Quero dizer que o Ministério da Obras Públicas se antecipou ousadamente ao juízo da História – quem sabe se um pouco desconfiado da sua justiça –, e por este lado não me deixa tranquilo acerca do mérito da causa. Mas nada há a fazer agora, pois que, tendo Leopoldo de Almeida esculpido no bronze e integrado na pedra da barragem a minha efígie, ficou o nome confiado ao respeito devido à obra de arte.

(Discursos, volume 4º, pág. 397 e 398).

Discurso na sala das sessões da Assembleia Nacional em 25 de Julho para assinalar a aprovação do Pacto Atlântico para ser ratificado, com a presença do Governo, devido à sua importância, quer no quadro da política europeia, quer no domínio dos interesses portugueses:

... Os acordos entre a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, com seus desenvolvimentos económicos futuros, não podiam ser considerados senão como princípio de organização a Ocidente; e o mais vasto agrupamento daqueles com a França e a Grã-Bretanha, para constituírem a União Ocidental, mesmo que fosse possível conciliar o grupo escandinavo e obter o apoio da Itália, era manifestamente insuficiente e desprovido de meios de acção para os fins em vista.

A iniciativa dos Estados Unidos e do Canadá ao promoverem o Pacto do Atlântico Norte veio dar o apoio de força indispensável a uma tal ou qual eficiência da defesa da Europa, ao mesmo tempo que se procurou reanimar a respectiva economia com os auxílios directos dos capitais e da técnica americana. Fazem-no os Estados Unidos por compreensível sentimento de solidariedade humana; fazem-no em virtude das responsabilidades na direcção política do Mundo que a grandeza do seu esforço de guerra lhes granjeou e a alteração do valor relativo das grandes potências inegavelmente lhes impôs; fazem-no ainda por bem conduzido cálculo dos seus interesses materiais e morais. Subvertida a Europa e com esta a África, enfrentada e delimitada a América nos dois oceanos pela potência russa e seus aliados, a América veria uma nova concepção monroísta aplicada de fora para dentro, e, na melhor hipótese, teria de aceitar viver, sem influência ou projecção exterior, no seu próprio continente. O Mundo afigurar-se-lhe-ia por demais reduzido e, no seu conceito, o homem dolorosamente amputado em atributos indispensáveis à beleza e dignidade da vida.

É a esta luz que me parece dever encarar-se o Pacto do Atlântico e ver-se nele fonte provável de outros desenvolvimentos futuros. A hesitação da doutrina, a fluidez dos preceitos, o impreciso de certas fórmulas, que saltam ao exame minucioso do texto, não se devem considerar filhos da falta de clareza na visão dos problemas, mas da natural indecisão dos começos, do desejo de evitar as maiores reacções internas ou externas ou até da inadaptação da máquina constitucional ao exercício de tão vasta acção. Mas as realidades mandam e impor-se-ão fatalmente nos momentos decisivos da história euro-americana, que para os próximos decénios se me afigura comum.

... Ao considerar a proposta de adesão ao Pacto do Atlântico a orientação do Governo devia pois definir-se em obediência ao duplo sentido seguinte: primeiro, verificar se o Pacto, devido à intervenção dos Estados Unidos e à sua promessa de auxílio, poderia, quanto a nós, funcionar como reforço da aliança inglesa na parte em que esta já actuava como fiadora da segurança do Atlântico Norte; segundo, que riscos se poderiam correr relativamente a conflitos entre nações da Europa Ocidental ou, mais claramente, se a previsão desses riscos ficaria reduzida a um ataque de leste, o qual, a efectivar-se, deveria supor-se contra todos e contra os princípios da cultura e da civilização que representam.

O deslocamento do centro de gravidade da política mundial para oeste, verificado a seguir à primeira grande guerra, não só trouxe os Estados Unidos para o primeiro plano dessa política, mas aumentou o valor e os riscos do Atlântico, de cuja segurança passaram a depender quase exclusivamente a Europa, a África e a América. Em tais condições, o apoio dos Estados Unidos tornou-se necessário à segurança dos países ribeirinhos do Atlântico Norte na mesma medida em que as posições atlânticas passaram a ser necessárias à defesa americana.

... Nas longas conversações com o Governo de Madrid que precederam a nossa adesão ao Pacto do Atlântico ficou bem nítido que o Tratado de Amizade e o Protocolo adicional celebrados entre Portugal e Espanha eram em princípio compatíveis com o Pacto Atlântico. Assim o consideramos e declarámos oportunamente em Washington. Mas ao nosso espírito aparecia igualmente nítido que os compromissos emergentes do Pacto ou assumidos em virtude dele teriam de ser a cada momento confrontados com os princípios dos acordos peninsulares. De facto, as possibilidades portuguesas são variáveis conforme as posições e atitudes da Espanha.

Nesta ordem de ideias, e como já afirmei noutra ocasião, a Espanha deveria ser incluída no Pacto do Atlântico: primeiro, pela falha geográfica e estratégica que a sua ausência traduz; segundo, pela real importância da sua eventual contribuição; por fim, porque o valor prático da mesma adesão de Portugal é diverso conforme a Espanha esteja ou não ligada ao Pacto, e, na hipótese de não estar, consoante a política seguida, se um conflito puser o Pacto em acção. O funcionamento pleno duma frente ocidental contra a possibilidade de agressão é fortemente condicionado por uma política de idêntico sentido na Península Ibérica. Por felicidade ou esclarecido intento, o Pacto tem a elasticidade suficiente para se adaptar a mais de uma situação.

(Discursos, volume 4º, pág. 408, 409, 410, 412, 413, 416 e 417).

Discurso dirigido aos governadores civis, às comissões distritais da União Nacional e aos candidatos a deputados, numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional, em 20 de Outubro, sobre questões de política interna:

Sabe-se que, além das listas da União Nacional, se apresentaram nalguns distritos listas de oposição (não se vê meio de dar-lhes outro nome). O Governo aceita todas as consequências que legalmente podem resultar das candidaturas e da vitória dessas oposições, que aliás não deseja: preferiria incluir nas listas da União Nacional, como independentes, se o desejassem, e como aliás fez a outros, os nomes daqueles que, constituindo valores construtivos, pudessem servir utilmente o País no seio da representação nacional. O regime só tem vantagem em funcionar de modo que homens, mesmo em discordância com os fundamentos do sistema ou inibidos por qualquer circunstância de confessar o seu acordo, tenham também possibilidade de servir a Nação. Mas, sacrificando para o efeito valores integrados na sua ideologia e na sua

ética, não será demais exigir subordinação dos interesses particulares ou de grupo ao interesse geral e a total independência do espírito crítico sem subordinação a qualquer disciplina exterior. São exigências mínimas, para que pouco a pouco se não venha a cair na oposição por sistema ou como modo de vida.

... Sem nos confinarmos na experiência portuguesa, parece que a solução partidária está já ultrapassada pelos factos. O partido como organização de interesses existe em muita parte e como expressão de uma corrente de ideias existe ainda nalguns países; como fonte e apoio de governo, salvo muito raras excepções, já não existe. Isto é, exceptuando os países em regime comunista, o governo de partido tornou-se impossível em face das novas realidades políticas. As concentrações partidárias, os governos nacionais, os governos antipartidários ou extrapartidários são fórmulas de compromisso entre a necessidade irremovível de um governo e o artifício da concepção partidária, como fonte e organização do poder. A força da inércia poderá ainda manter por largo tempo, aqui e além, a diferenciação e organização de forças políticas partidárias, à volta de ideais gerais ou de programas completos de acção governativa; de desejar seria que entretanto a persistência de instituições, desprovidas de raízes na vida dos povos e de crédito nacional, não embaraçasse além da medida a acção dos governos de que as nações necessitam. Sob este aspecto creio que em Portugal não podemos considerar-nos em atraso; estamos de facto avançados anos em relação à evolução política que pode visionar-se no Mundo. A atitude meramente negativa em relação à organização partidária não é bastante para que não tente a cada passo ressurgir.

... Um ponto permanece indeciso no meu espírito – o referente ao futuro da Assembleia Nacional.

... Para já e para o futuro imediato, é inquestionável que a Assembleia deve ter competência legislativa, embora a função se apresente cada vez mais vincadamente técnica e a Câmara se não encontre em condições óptimas para exercê-la. Na competência incluo a iniciativa da lei, que é ainda uma defesa, mas que não conviria ser exercida com grande latitude. Em todo o caso, deveríamos fazer um esforço no sentido de só pedir à Assembleia, nos termos da Constituição, bases gerais dos regimes jurídicos, que é como quem diz a orientação ideológica, e reservar a outros os cuidados das soluções técnicas.

... Atrevo-me a tocar nesta altura um ponto delicado. Vem a propósito e é-me de certo modo imposto pela apresentação de um projecto do Deputado Botelho Moniz na última sessão legislativa, relativamente à revogação das chamadas leis do banimento, aplicável ao ramo português da Família de Bragança.

... O Governo não pode pôr objecções à revogação das leis do banimento porque ele próprio as tem deixado cair no olvido e as considera sem valor pela sua não aplicação. Actos públicos do maior relevo praticados com o consenso geral seriam incompatíveis com interpretação diversa. A revogação expressa, dando sanção legal à prática corrente, permitiria a permanência dos membros da Família de Bragança em Portugal. Permitiria ainda – o que para mim é mais importante do que simples reparação ou satisfação de um sentimento – , permitiria a educação em Portugal de príncipes portugueses. Vemos em circunstâncias mais difíceis ter a questão sido considerada e

começar a receber solução satisfatória na Espanha e até em França, para não falar da larga, generosa, liberalíssima atitude do Brasil.

Príncipes portugueses só deveriam crescer e ser educados em Portugal, embalados pelo nosso mar, acariciados pelo nosso sol, falando de criancinhas a Língua, sentindo a lusitanidade da terra e da gente, vivendo o seu drama, acompanhando o seu trabalho, interpretando o seu sentir. Príncipes assim educados, ao contacto dos vivos e dos mortos da sua pátria – dos que a fizeram com heroísmo e a continuam com duro esforço –, são, seja qual for o seu destino, património moral da Nação, património que só povos muito ricos ou despreocupados costumam desperdiçar. Eu iria mesmo mais longe se não receasse muito seriamente a incompreensão dos Portugueses; eu iria até ceder para aquele fim o uso de um edifício do Património do estado, digamos, o Paço dos Duques em Guimarães, com beleza e com história, junto ao castelo de D. Afonso Henriques, na cidade-mãe de Portugal.

Quem fala com esta franqueza pode dizer mais o seguinte: seja qual for a atitude da próxima Assembleia, libérrima neste como nos mais assuntos, e suposto que é a mais larga, eu reputaria inconveniente para a tranquilidade da família portuguesa a residência permanente no País do Senhor Dom Duarte Nuno. O seu alto critério lho indicaria também. Não vale a pena aduzir razões, porque procedem menos da inteligência que da sensibilidade, e devemos respeitá-las.

(Discursos, volume 4º, pág. 428, 429, 431, 432, 435, 436, 443, 444, 445).

1950 – Discurso em Braga, numa das salas da Biblioteca, a 28 de Maio, em que se inaugurou o Estádio da mesma cidade, com breves considerações sobre política interna e internacional:

... O Exército, e compreendo na expressão a força armada portuguesa, desencadeou em 26, nesta cidade cujo ambiente espiritual mais perfeitamente se coadunava com a sua fundamental aspiração, o movimento que ia ser aclamado no País e constituir ponto de partida da Revolução Nacional. Tentei um dia caracterizar a acção como «triumfante sem luta, gloriosa sem sangue, porque na verdade a voz de comando foi apenas a expressão militar de uma ordem irresistível da Nação». Desvanece-me que a frase fosse julgada bastante compreensiva e justa para ficar pelos tempos fora associada à consagração que hoje intentamos fazer.

Aqueles de nós que têm tido a incumbência de desdobrar em actos, reformas e realizações materiais ou morais o pensamento e as aspirações do começo podem ser responsabilizados pelas incorrecções e deficiências da obra; mas o Exército, que, à parte o seu dever de patriótica vigilância, logo se desinteressou das posições de mando para confinar-se em urgentes e delicadas tarefas da defesa pátria, ficou isento dessa contingência e só pode ser louvado por um acto que, pelo seu natural desenvolvimento, dominará política e socialmente em Portugal o nosso século e esperamos se repercutirá longamente, por muitos dos seus ideais e princípios, na história do nosso povo.

... Reverto, impelido pelo significado do dia, a uma das ideias mestras da Revolução que nos convidava a só ter presente, para além de grupos, seitas ou facções, a unidade substancial da Nação e a inspirar-nos e apoiar-nos nela para a acção do Governo. Esse apoio exigia, porém, a formação apropriada consciência colectiva.

Não parece que a unidade, aliás real e viva na solidariedade dos interesses e na identidade da missão, seja susceptível de traduzir-se em uniformidade de pensamento acerca de problemas secundários da administração ou de processos de governo ou mesmo de organização do Estado; vêmo-lo claramente na nossa Assembleia Nacional.

Tão-pouco essa unidade se pode confundir com a simples afirmação de patriotismo, porque na prática sempre haverá necessidade de estabelecer em que se consubstancia ou como se há-de conduzir. Mesmo abstraindo da aflita perturbação mental das últimas dezenas de anos, os espíritos são hoje solicitados em tão diversas direcções por escolas políticas, filosóficas, económicas e estéticas que os que intentassem reunir em qualquer país homens uniformemente pensantes acerca dum vasto conjunto de problemas nacionais teriam de resignar-se a agrupamento limitado e negar no seio dele a liberdade de pensar. Obedecem a este esquema e são expressão destas limitações os chamados partidos políticos, mas estes, por definição e exigências da sua vida própria, não representam nem podem servir a unidade nacional senão precisa e precariamente, quando se unem, ou seja quando se negam. Eis as dificuldades que se nos apresentam e procurámos vencer.

Para tanto temos afastado sempre de nós a ideia partidarista como posição ideológico-política, que deformaria a nossos olhos a Nação e nos inibiria de realizar o seu interesse onde o encontrássemos, como o víssemos e pelas formas possíveis no momento, sem a preocupação absorvente e perturbadora de conservar no sector de origem crédito político, ou seja o voto partidário. Por outro lado, temos entendido que a formação de uma sólida consciência colectiva não comportava nem exigia se fosse além daquelas aspirações ou sentimentos básicos que são a estrutura mental e moral do português, tal como o formaram a história, a educação e a economia, isto é, o meio em que é obrigado a trabalhar.

(Discursos, volume 4º, pág. 462, 463, 465, 466, 467).

Discurso dirigido às Comissões da União Nacional, em 12 de Dezembro, numa sala da Biblioteca da Assembleia Nacional na tomada de posse da Comissão Executiva, órgão de orientação da consciência nacional:

... Embora nos tenhamos limitado a dar particular relevo às comemorações decenais do movimento, parece que o vigésimo quinto aniversário deveria ter celebração especial, à semelhança de bodas de prata que a Nação e o regime festejassem. A ideia não é nova e foi lançada em Braga já em 1946, em discurso do actual Ministro da Defesa. E ali foi indicada Coimbra, como a cidade-centro dessas possíveis celebrações, pelo que historicamente se deve ao pensamento universitário em todos os movimentos largamente renovadores da vida portuguesa. A escolha de Coimbra obriga-a e obriga-nos em tanto quanto na vida política deste País nos consideramos representar não uma oportunidade de transitório mando, mas uma escola de servir, à luz de princípios que nos transcendem, os interesses permanentes de uma Pátria que nos há-de sobreviver.

Penso que esta ideia não poderia ter mais correcta e efectiva realização que pelos mesmos actos e afirmações de um Congresso da União Nacional a reunir ali, à sombra da velha Universidade e sob a égide da nova Cidade Universitária que ali se está a edificar. Quanto mais se reflecte na perturbação que vai pelo Mundo e nos seus efeitos devastadores na alma das nações, desorientadas, infelizes, ansiosas em busca de uma luz ou de uma esperança, menos se pode ser indiferente à consideração de que deve ter-se atingido entre nós algum equilíbrio de princípios, de sentimentos e de interesses, para que o nosso povo possa manter-se à margem das grandes convulsões e ofereça, na disciplina da sua vida e na elevação dos seus sentimentos colectivos, não digo um exemplo, mas uma expressão, hoje rara, de humanidade. A revisão crítica, cientificamente conduzida, do nosso pensamento político e social pode levar à rectificação de algumas posições secundárias, mas servirá principalmente para confirmar-nos na doutrina que a experiência de dezenas de anos parece acreditar.

Seja, porém, qual for a orientação que venha em definitivo a prescrever-se a esse Congresso, não se deve perder a oportunidade de rever os Estatutos por que nos regemos ainda. Como precederam e abriram caminho à Constituição Política, nasceram sobrecarregados de uma parte ideológica e programática que parece não haver vantagem em conservar, ao menos integralmente e na sua forma actual. Sabe-se por outro lado, que os Estatutos tiveram a sua origem em acto do Governo a cuja autoridade continuaram ligados, quando a massa dos nacionalistas muito bem pode já tomar sobre si definir os laços que os ligam e a orgânica em que desejam integrar-se. E dessa revisão derivará logicamente a necessidade de reorganizar os corpos dirigentes de toda a organização que eu penso poderá recorrer ao voto dos agremiados, em vez de depender exclusivamente da indicação dos organismos superiores.

Embora seja naturalmente secundária a parte festiva das comemorações, as circunstâncias permitem que o vigésimo quinto aniversário da Revolução Nacional fique assinalado com algumas grandes obras, integradas no activo da Nação pela iniciativa particular, apoiada no Estado, ou pelo esforço dos serviços públicos. É pena que não possa começar a funcionar em 1951 o Hospital Escolar de Lisboa: constituiria, por si só, devido à grandeza da sua fábrica e ao sentido do seu destino, o mais expressivo padrão. Mas o ano pode começar com a inauguração das maiores barragens até agora construídas em Portugal e o fabrico de adubos azotados no Amoníaco Português, e findar com a abertura ao trânsito da ponte de Vila Franca, obra que, em dificuldade e dispêndio, só poderia ser superada pela que ligasse directamente Lisboa à Outra Banda. Decerto que não se fazem obras com mira em festas de inauguração. É significativo, porém, que não importa que data possa ficar ligada a grandes empreendimentos, que sempre foram para os Portugueses objecto dos seus anseios, causa de muitas desilusões e só agora efectivas realidades.

Esta é a primeira tarefa que se impõe à União Nacional.

... A segunda tarefa deverá ser acompanhar a política interna com inteligência e lealdade, o que exigirá o conhecimento das linhas fundamentais das questões que estão postas, senão alguma colaboração possível na escolha das soluções, e o apoio às directrizes que forem finalmente traçadas.

Temos muitas vezes mostrado invencível relutância em aceitar a actividade política como tendo em si própria o seu fim. Todo esse alarido de promessas sem consistência e de exigências sem seriedade; todo esse borbulhar de ideias sem fundo e architectar de planos sem base; essa discussão sistemática e infundável das coisas que não podem nem têm de ser discutidas; essa obsessão de oportunismo ao qual se sacrifica não só a verdade, que é eterna, mas também a justiça, que pode não ter mais que um momento para ser satisfeita; esse correr sem brio atrás de uma notoriedade sem mérito; esse atear de paixões incontroláveis e doentia exploração dos piores sentimentos; essa estranha equivalência da verdade e da mentira e a inconcebível licitude da deturpação ou invenção dos factos, mesmo se a inteligência não consegue imprimir-lhes ar de credibilidade; enfim, toda essa agitação febril, e ao cabo improdutiva, que nos causa horror, é, na concepção e na prática correntes, o que se chama política. Pois, para nós, essa actividade – filha da ciência ou obra da arte –, forma de vida das sociedades humanas indispensável à sua condução, só tem como fim útil dar expressão e valor político aos actos do governo. Governa, dirigindo a consciência nacional, eis a única função verdadeiramente consistente e séria. Como se vê, não está em discussão a sua necessidade; discutem-se-lhe o conteúdo e os fins.

... E passarei a dizer alguma coisa da terceira: apoiar e colaborar na actuação externa do Governo.

... Depois de muitos fracassos e desilusões, depois de muitas tentativas de entendimento sem resultado e de compromissos sem sequência, o mundo ocidental parece finalmente ter chegado a certo número de conclusões úteis, que importa rever. São, no meu entendimento, as seguintes:

1ª A Rússia tem realizado com inegável habilidade e proveito a operação difícil a que usa chamar-se «exploração da vitória», continuando a guerra na paz. Esta exploração da vitória tem-lhe permitido criar à sua volta, e até onde podem chegar a acção e força do seu braço, uma roda de países em que a identidade das instituições e as pessoas dos governantes constituem elemento de defesa e de monopólio económico. Nesta tentativa de alargamento de domínio ou da influência que parte de um centro poderoso para uma periferia débil, é evidente que a Rússia teve inegáveis possibilidades de êxito e é crível que, pela tendência natural do seu engrandecimento, só para onde uma força igual se lhe oponha.

2ª O comunismo deixou de ser considerado uma doutrina filosófica ou económico-social como outra qualquer, e os partidos comunistas, embora entrando ainda nas engrenagens políticas de alguns Estados, deixaram também de ser considerados partidos como outros quaisquer, aspirando a partilhar do Poder ou a realizar no Poder certo número de reformas em benefício das massas. O carácter totalitário da doutrina e a sua incompatibilidade essencial com os princípios e instituições da civilização do Ocidente levaram a considerá-lo fenómeno à parte entre as competições doutrinárias do Mundo. O facto de os partidos comunistas nacionais se considerarem apenas e funcionarem efectivamente como secções de um partido que é um Estado estrangeiro faz deles instrumentos de uma política que, na ordem interna e na ordem externa, não pode ser política nacional nem supra-nacional, mas predominantemente estrangeira.

3ª Sendo muito diversos, e mesmo contraditórios, os conceitos básicos no comunismo e no mundo ocidental acerca do homem, da sociedade e da vida, todas as tentativas de conciliação na ordem interna estavam votadas ao fracasso. As medidas de valores e os próprios valores humanos e sociais acusam tal disparidade que não são mutuamente inteligíveis as expressões em que se moldam. Liberdade, justiça, bem, boa fé dos contratos, dever, paz, são termos traduzíveis, mas, por táctica ou prurido revolucionário, sem equivalência prática. Toda a construção jurídica ou política que sobre esses conceitos se tente erguer apresentar-se-á como duas faces antinómicas da mesma realidade ou, de facto, como duas realidades que não se podem ajustar.

4ª A vastidão e constituição do Império russo não só o tornam, de certo modo, imune à conquista alheia, como lhe permitem manter, dentro de fronteiras, não importa que regime político ou não importa que instituições económicas e sociais. Mas o direito que se arroga de intervir nos negócios de todos os Estados, em representação da doutrina comunista e dos seus sequazes em cada país, constitui um perigo para a paz, a ordem e os interesses de todos os outros.

Se somos compelidos a deduzir dos factos enunciados o condicionalismo de toda a acção política, é nestas duas últimas verificações que, por mais estranho que pareça, se concentram ao mesmo tempo os perigos de conflito e as possibilidades de paz.

Há um ano para cá, a política das potências ocidentais passou a dispor de uma parte da iniciativa que até aí, e desde o fim da guerra, pertencera exclusivamente à Rússia. Do facto só se tiraram vantagens e, no meu modo de ver, se esta iniciativa no plano mundial tem sido acompanhada nas diferentes nações por uma política perfeitamente harmónica com as conclusões do pensamento europeu acima referidas, nós poderíamos

estar seguros de que uma evolução mais nítida se teria verificado nas atitudes da Rússia, em sentido favorável ao estabelecimento de bases de vida aceitáveis para todos os povos. Mas este assunto tem melindres evidentes e eu não o desenvolvo mais.

Sendo a máxima aspiração de todos e interesse dos povos, sem exclusão do povo russo, a manutenção da paz, só é política digna dos nossos esforços a que tenda e consiga evitar a guerra. E num ponto estamos de acordo com todos quantos desapaixonadamente se têm debruçado sobre o problema, e é que um conflito não pode ser evitado senão através de preparação bastante, tendente a restabelecer um equilíbrio de forças que torne a guerra negócio arriscado e grave. É claro que este equilíbrio se poderia teoricamente restabelecer em qualquer nível e o Mundo só ganharia em que fosse o mais baixo possível. Mas é preciso ter presente que do outro lado se delapidou, parece que sem remédio, todo o capital de crédito necessário para uma política de desarmamento material e moral.

Nestas circunstâncias, quaisquer incidentes, e designadamente o incidente da Coreia (que, aliás, teve suas vantagens), seja qual for o resultado final e a desagradável situação porventura criada às forças das Nações Unidas, não têm por si sós que determinar, a meu ver, a grande orientação do Ocidente, ao qual, para já, só duas coisas importam – reforçar a sua defesa e não largar de mão as poucas cartas que, embora diminuídas, ainda lhe ficaram no desbarato final das operações militares. E eu receio bem que se destinem a arrancar-lhas docemente das mãos as tentativas de entendimento e conciliação da mais recente política russa. Quando, por exemplo, vimos que a Alemanha á abandonada, ainda que sob o signo da libertação, podemos crer que se aproximam para o Ocidente os tempos do seu sacrifício total.

Esta política delicada e perigosa de se armar para a guerra por amor da paz exige sólidas frentes interiores, e é sobre a formação da nossa que farei as minhas últimas considerações.

O comunismo é, pois, como movimento revolucionário e expressão de uma política internacional agressiva, o grande inimigo do momento, e a primeira contribuição que pode dar-se na ordem externa é contê-lo decisivamente no interior. É problema vital e urgente definir os meios apropriados.

(Discursos, volume 4º, pág. 482, 483, 484, 485, 486, 487, 502, 504, 505, 506, 507, 508, 509 e 510).